

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

**MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE
CAIXA E ORIGENS E APLICAÇÕES DE
RECURSOS COMO INSTRUMENTO PARA
TOMADA DE DECISÕES NA GESTÃO DO
CAPITAL DE GIRO DE UMA EMPRESA**

HIROSHI OKAMOTO

SÃO PAULO

2002



FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO-FECAP

Presidente Honorário FECAP - Silvio Álvares Penteado Neto

Presidente do Conselho de Curadores: Horácio Berlinck Neto

Membros do Conselho:

Abram Abe Szajman

Antonio Carlos de Salles Aguiar

Ester de Figueiredo Ferraz

Flávio Fava de Moraes

Mário Amato

Paulo Ernesto Tolle

Diretor Superintendente: Marcelo Freitas Camargo

Diretor Institucional: José Joaquim Boarin

Diretor Administrativo-Financeiro: Roberto Uchôa Alves de Lima

Diretor Acadêmico: Manuel José Nunes Pinto

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVARES PENTEADO

Reitor: Prof. Manuel José Nunes Pinto

Vice-Reitor: Prof. Luiz Fernando Mussolini Júnior

Pró-reitor de Extensão: Prof. Dr. Fábio Appolinário

Pró-reitor de Graduação: Prof. Jaime de Souza Oliveira

Pró-reitora de Pós-graduação: Prof^a. Dr^a Maria Sylvia Macchione Saes

Coordenadora do Curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica: Prof^a. Dr^a. Nena Geruza Cei

FICHA CATALOGRÁFICA

Okamoto, Hiroshi
Pxxx¹ Modelo de Demonstração de Fluxo de Caixa e Origens e Aplicações de Recursos como instrumento para tomada de decisões na gestão do capital de giro de uma empresa/ Hiroshi Okamoto
São Paulo, 09 de Dezembro de 2002
(115 páginas)

Orientador(a): Prof. Dr. Antonio Benedito Silva Oliveira

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Álvares Penteado da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - UNIFECAP
Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica

1. Fluxo de Caixa 2.DOAR 3. Gestão de capital de giro

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Membros da Comissão Julgadora da Dissertação de Mestrado de **HIROSHI OKAMOTO**, apresentada ao Centro Universitário Álvares Penteado da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – UNIFECAP, em 09/12/2002

COMISSÃO JULGADORA

OSMAR CORONADO

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Universidade de São Paulo - USP

JOSÉ LUIS DE CASTRO NETO

Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP

ANTONIO B. SILVA OLIVEIRA

Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP

Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

**MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA E
ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS COMO
INSTRUMENTO PARA TOMADA DE DECISÕES NA GESTÃO DO
CAPITAL DE GIRO DE UMA EMPRESA**

HIROSHI OKAMOTO

SÃO PAULO

2002

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO
MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

HIROSHI OKAMOTO

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Álvares Penteado da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – UNIFECAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica.

Orientador : Prof. Dr. Antonio B. Silva Oliveira

São Paulo

2002

AGRADECIMENTOS

A DEUS por ter me dado forças, junto com minha família, para a conclusão deste trabalho;

Ao Prof. Dr. Antonio Benedito Silva Oliveira, pela orientação, apoio e dedicação que permitiram a conclusão de mais uma etapa na minha formação profissional, a minha gratidão.

Aos professores do curso de mestrado, em especial à Prof. Dra. Nena Geruza Cei, coordenadora do curso de mestrado, pela luta para o reconhecimento oficial deste curso;

Aos professores Doutores José Luís de Castro Neto e Osmar Coronado, pelas sugestões que me auxiliaram na condução desta dissertação;

A toda a minha família e, em especial, a minha esposa Tie e ao meu filho Fábio, pela compreensão, estímulo e confiança que nunca esquecerei.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Balanço patrimonial.....	20
QUADRO 2 – Demonstração do resultado X1.....	21
QUADRO 3 – Demonstração de fluxos de caixa, ano X1 – método direto.....	22
QUADRO 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido, ano X1....	23
QUADRO 5 – Demonstração de fluxos de caixa, ano X1 – método indireto...28	
QUADRO 6 – Formas de apresentação da baixa de investimentos na DOAR.44	
QUADRO 7 – Elaboração de Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).....	46
QUADRO 8 – Demonstração das variações do capital circulante por componentes.....	47
QUADRO 9 – Representação sintética de aplicações e fontes de recursos..61	
QUADRO 10 – Balanço patrimonial X0 – X1, com classificação das variações do período em A = Aplicações e F = Fontes.....	66
QUADRO 11 – DOAR Gerencial.....	67
QUADRO 12 – DOAR Específico.....	70
QUADRO 13 – DOAR Periódico.....	73
QUADRO 14 – Variação do capital de giro através da DOAR.....	75
QUADRO 15 – Variação do capital de giro.....	76
QUADRO 16 – Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa Analítico.....	94
QUADRO 17 – Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa Gerencial...95	
QUADRO 18 – Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa Específico..98	
QUADRO 19 – Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa Periódico..100	
QUADRO 20 – Variação do capital de giro através de Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa.....	102

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 - Aspectos gerais da gestão financeira dos recursos de uma empresa	1
1.2- Situação problema.....	4
1.3- Questão da pesquisa.....	4
1.4- Objetivo.....	4
1.5- Hipótese.....	5
1.6 - Contribuição do estudo.....	5
1.7 - Justificativa.....	5
1.8 - Procedimentos metodológicos, método e conhecimento científico.....	6
1.8.1 - O conhecimento científico.....	6
1.8.2 - Método.....	7
1.8.3 - As técnicas e os procedimentos metodológicos.....	9
1.9 - Metodologia de pesquisa.....	10
1.10 - Estrutura do trabalho.....	12

CAPÍTULO 2

2 - REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1 - Histórico.....	13
2.2 - Métodos de elaboração da demonstração de fluxos de caixa.....	14
2.2.1 - Método direto.....	14
2.2.1.1 - Técnica de elaboração da demonstração de fluxos de caixa pelo método direto.....	15
2.2.2 - Método indireto.....	16
2.2.2.1 -Técnica de elaboração da demonstração de fluxos de caixa pelo método indireto.....	16
2.2.2.2 - Regras básicas do método indireto.....	18
2.3.1 - Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método direto.....	22
2.3.2 – Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método indireto.....	28
2.4 - Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)	29

2.4.1 - Significado.....	29
2.4.2 - Descrição das origens de recursos.....	30
2.4.3 - Descrição das aplicações de recursos.....	31
2.4.4 - Origens de aplicações que não afetam o capital circulante líquido, mas aparecem na demonstração.....	32
2.4.5 - Importância.....	33
2.4.6 - Forma de apresentação da DOAR.....	34
2.4.7 - O texto da lei das sociedades por ações.....	35
2.4.8 - Tratamento e classificação recomendados conforme definição da Lei 6.404/76.....	36
2.4.8.1 - Origens de recursos das operações.....	36
2.4.8.1.1 - Conceito e técnica de apuração.....	36
2.4.8.1.2 - Receitas e despesas que não afetam o capital circulante líquido...37	
2.4.8.1.3 - Casos em que há prejuízos nas operações da empresa.....	40
2.4.8.2 - Realização do capital social e contribuições para reservas de capital.....	40
2.4.8.3 - Recursos de terceiros.....	41
2.4.8.3.1 - Aumento no passivo exigível a longo prazo.....	41
2.4.8.3.2 - Redução do realizável a longo prazo.....	42
2.4.8.3.3 - Alteração e baixa de investimentos, bens e direitos do ativo imobilizado.....	43
2.4.9 - Elaboração de demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR) considerando-se as mesmas demonstrações contábeis utilizadas na demonstração do fluxo de caixa.....	46

CAPÍTULO 3

3 - FLUXO DE CAIXA VERSUS DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E

APLICAÇÕES RECURSOS (DOAR).....	48
3.1 - Considerações gerais.....	48
3.2 - Demonstração de fluxo de caixa.....	49
3.2.1 - Objetivos.....	49
3.2.2 - Causas da falta de recursos na empresa.....	50
3.2.3 - Equilíbrio financeiro da empresa.....	52

3.2.4 - Alterações no saldo de caixa.....	53
3.2.4.1 – Fatores internos da empresa.....	53
3.2.4.2 – Decisões na área de produção.....	54
3.2.4.3 – Política de compras.....	54
3.2.4.4 – Política de pessoal.....	55
3.2.4.5 - Fatores externos.....	55
3.3 - Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).....	58
3.3.1 – Características da DOAR.....	59
3.3.2 – Conceitos de fundos, fontes e aplicações.....	62
3.3.2.1 - Fundos.....	62
3.3.2.2 - Fontes.....	62
3.3.2.3 - Aplicações.....	63
3.3.2.4 - Princípios de diferenciação das fontes e aplicações de recursos...63	
3.3.3 - Formas de apresentação da DOAR.....	63
3.3.3.1 - Gerencial.....	64
3.3.3.2 - Específica.....	64
3.3.3.3 - Periódica.....	64
3.3.3.4 - Variação do capital de giro.....	65
3.3.4 - Exemplos práticos.....	65
3.3.4.1 – DOAR Gerencial.....	67
3.3.4.2 – DOAR Específica.....	69
3.3.4.3 – DOAR Periódica.....	73
3.3.4.4 - Variação do capital de giro através da DOAR.....	75

CAPÍTULO 4

4 - ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	78
4.1 - Considerações gerais.....	78
4.2- Análise de indicadores.....	79
4.3- Tipos de indicadores econômico-financeiros.....	80
4.4- Análise de indicadores financeiros.....	82
4.4.1 - Índice de liquidez imediata.....	82
4.4.2 - Índice de liquidez seca.....	83
4.4.3 – Índice de liquidez corrente.....	84

4.4.4 – Índice de liquidez geral	84
4.4.5 – Índice de solvência geral.....	85
4.4.6 – Endividamento.....	86
4.4.7 - Garantia de capital de terceiros.....	86
4.4.8 – Imobilização do capital próprio.....	87
4.4.9 - Capital circulante.....	88
4.5– Análise de índices financeiros através do fluxo de caixa.....	89
4.5.1 - Índice de cobertura dos débitos de curto prazo.....	89
4.5.2 - Índice de cobertura de débitos totais.....	90
4.5.3 - Índice de cobertura de dividendos.....	90
4.5.4 - Índice de cobertura de gastos de capital.....	91
4.5.5 - Fluxo de caixa livre.....	91
4.5.6 - Outros indicadores.....	92

CAPÍTULO 5

5- PROPOSIÇÃO DE UM MODELO CONSUBSTANCIANDO DOAR E DFC 93

CAPÍTULO 6

6 – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....103

GLOSSÁRIO.....109

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....110

BIBLIOGRAFIA.....111

APÊNDICE.....114

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal efetuar um estudo exploratório sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos com finalidade de verificar as melhorias na qualidade de informação na gestão do capital de giro e de liquidez de uma empresa.

Na revisão da literatura faz-se uma abordagem sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa e da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, contendo histórico, significado, objetivos, métodos de elaboração, salientando a importância dessas demonstrações como instrumentos gerenciais que evidenciam o fluxo das disponibilidades e das alterações na posição financeira de uma empresa.

Neste estudo apresentamos também a comparação entre a Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, fatores internos e externos que influenciam a posição do fluxo de caixa, as várias formas de apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, os indicadores econômico-financeiros, bem como um exemplo de Demonstração de Fluxo de Caixa de uma empresa multinacional dinamarquesa com destaques dos principais itens de capital de giro.

Por fim, apresenta-se uma proposição de modelo, consubstanciando DOAR e DFC, resultando no “Demonstrativo de Origens e Aplicações de Caixa Analítico” , com as quatro formas de elaboração dessa demonstração.

ABSTRACT

The main objective of this exploratory study is to verify if there was improvement in the quality of information in the management of working capital and liquidity of the company by the substitution from Source and Application of Funds to Cash Flow Statement.

In the literature review it makes comments on Source and Application of Funds and Cash Flow Statement including history, definition, objectives, elaboration method, emphasizing the importance as managerial tools and making evidence in the cash position and changes in financial position of the company.

In this study we are presenting the comparison of Cash Flow and Source and Application of Funds Statement, the internal and external events that influence the cash flow position, many format presentation of the statement , the economic and financial index as well as a sample of Danish Multinational Company's Cash Flow Statement with main working capital items in evidence.

Finally, this study suggests a new model of statement, merging Source and Application of Funds and Cash Flow Statement, resulting in the " Analytical Source and Application of Cash Statement", with its four forms of statement.

CAPÍTULO 1

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Aspectos gerais da gestão financeira dos recursos de uma empresa

Contextos econômicos atuais e a globalização exigem das empresas maior eficiência na gestão financeira de seus recursos, não cabendo hesitação sobre o que fazer com eles. Portanto a atividade financeira de uma empresa requer o acompanhamento constante de seus resultados, de maneira a avaliar o seu desempenho, bem como proceder às correções necessárias.

É nesse contexto que se destaca a Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos como instrumentos que possibilitam o planejamento e o controle dos recursos financeiros de uma empresa. Gerencialmente, tais instrumentos são úteis ainda em todo o processo de tomada de decisões financeiras.

Conceitualmente, o Demonstrativo de Fluxo de Caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e as saídas de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo, e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos relaciona as origens dos recursos e suas aplicações. No entanto, o significado de recursos não é simplesmente o caixa e as aplicações em equivalente-caixa (1), pois abrange um conceito mais amplo: o de capital de giro líquido.

Ambos os instrumentos são de fundamental importância para as empresas, constituindo-se em um útil sinalizador dos recursos financeiros dos negócios. Destaca-se que a empresa deve apresentar a capacidade financeira para saldar seus compromissos assumidos com terceiros, na medida em que eles vencem, através de seu caixa.

Por outro lado, cada unidade monetária investida pela empresa deve retornar ao caixa com uma margem adicional. Quanto maior for o seu giro e quanto maior for o adicional resultante, melhor será o aspecto liquidez e rentabilidade.

Fica evidente, então, que a empresa deve administrar os seus recursos financeiros de forma eficaz e eficiente, por meio de planejamento e controle financeiros integrados, utilizando-se dos seguintes instrumentos: o Demonstrativo de Fluxo de Caixa, o Orçamento de Caixa, o Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos, o Quadro de Fontes e Usos de Recursos.

Observa-se que todo o desenvolvimento do fluxo de caixa se relaciona com as linhas de ação da empresa, em função da movimentação da conta caixa, ou seja, gira em torno das disponibilidades.

(1) equivalentes-caixa são investimentos de altíssima liquidez, prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de dinheiro e que apresentam risco insignificante de alteração de valor. Exemplos: caderneta de poupança, CDB/ RDB prefixados, títulos públicos de alta liquidez, etc.

Os objetivos básicos da administração do fluxo de caixa estão relacionados com a capacidade de a empresa honrar suas obrigações na data do vencimento e gerar resultados positivos, em função dos investimentos realizados.

Para assegurar a liquidez e a rentabilidade, a empresa deve dispor de um capital de giro adequado e analisar os indicadores econômico-financeiros para bem administrar o fluxo de caixa adotando-se medidas práticas para aumentar a geração de caixa, tais como:

- reduzir a defasagem entre o prazo médio de pagamento e o prazo médio de recebimento;
- ter cuidado na concessão de créditos, visando melhorar a qualidade dos valores a receber, em detrimento, se for necessário, da quantidade de clientes;
- “desimobilizar” aqueles recursos que se encontram ociosos na empresa;
- usar uma política de investimentos mediante de linhas de crédito alternativas, por exemplo, arrendamento mercantil (*leasing*) pois, assim, a empresa conseguirá um aumento do seu capital de giro etc.

Das considerações feitas até aqui, conclui-se que as ferramentas à disposição dos gestores deveriam contemplar todos esses aspectos.

1.2- Situação problema

O problema que se pretende investigar é a substituição da DOAR pela DFC, que já aconteceu em vários países. Entretanto, questiona-se se essa substituição trouxe melhorias de informações para a tomada de decisões em relação ao capital de giro e à liquidez de uma empresa

1.3- Questão da pesquisa

A questão a ser verificada é em relação às melhorias trazidas pela substituição da DOAR pelo Fluxo de Caixa na gestão do capital de giro e da liquidez de uma empresa.

1.4- Objetivo

Este trabalho tem como objetivo principal efetuar um estudo exploratório sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, com a finalidade de verificar as melhorias na qualidade de informação na gestão do capital de giro e liquidez de uma empresa, com a proposição de um novo modelo que contemple a substituição da DOAR pelo DFC.

1.5- Hipótese

A hipótese é que a proposta de um modelo de Demonstração de Fluxo de Caixa e Origem e Aplicação de Recursos, induz os gestores das empresas a tomarem as melhores decisões na busca de otimização dos recursos, portanto na conseqüente busca da eficácia empresarial.

1.6- Contribuição do estudo

Espera-se que este estudo contribua para a melhoria da qualidade de informação na gestão do capital de giro e da liquidez da empresa.

1.7 - Justificativa

A motivação para esta reflexão sobre a substituição da DOAR pela DFC é a falta de um modelo de DFC que reúna características da DOAR e a falta de um modelo substitutivo que enfoque o capital de giro de uma empresa.

1.8– Procedimentos metodológicos, método e conhecimento científico

1.8.1 – O conhecimento científico

De acordo com LAHR (1958: -) para Aristóteles o conhecimento só se dá de maneira absoluta quando sabemos qual a causa e o motivo que produziram a existência do fenômeno a ser conhecido, portanto é o saber fundamentado na demonstração.

A ciência, até a Renascença, era tida como um sistema de proposições rigorosamente demonstradas, constantes e gerais que expressam as relações existentes entre seres, fatos e fenômenos da experiência.

O conhecimento científico era caracterizado como:

- a) certo, porque sabe explicar os motivos de sua certeza, o que não acontece com o conhecimento empírico;
- b) geral, no sentido de conhecer no real o que há de mais universal e válido para todos os casos da mesma espécie. A ciência, partindo do indivíduo concreto, procura o que nele há de comum com os demais da mesma espécie;
- c) metódico e sistemático. O cientista não ignora que os seres e fatos estão ligados entre si por certas relações. O seu objetivo é encontrar e reproduzir esse encadeamento. Alcança-o por meio do conhecimento ordenado de leis e princípios.

A ciência, assim entendida, era o resultado da demonstração e da experimentação, só aceitando o que fosse provado.

Hoje a concepção de ciência é outra, não é considerada mais como algo pronto, acabado ou definitivo. Nesse sentido, não tem a posse de verdades insubstituíveis.

Atualmente, a ciência é entendida como uma busca constante de explicações e de soluções, de revisão e de reavaliação de seus resultados, apesar de sua falibilidade e de seus limites.

Nessa busca sempre mais vigorosa, a ciência pretende aproximar-se cada vez mais da verdade, por meio de métodos que proporcionem controle, sistematização e segurança maior do que possuem outras formas de saber não-científicas.

Conforme afirmam os autores Amado L. Cervo e Pedro A. Bervian em seu livro *Metodologia Científica*: “ *por ser algo dinâmico, a ciência busca renovar-se e reavaliar-se continuamente. A ciência é um processo em construção*”.

1.8.2 Método

O método científico quer descobrir a realidade dos fatos, e estes ao serem descobertos devem, por sua vez, guiar o uso do método. O método é apenas um instrumento de investigação; só a inteligência e a reflexão descobrem o que os fatos e os fenômenos realmente são.

O método científico, mesmo aplicado no campo das ciências sociais, deve ser aplicado de modo positivo e não de um modo normativo, isto é, a pesquisa positiva deve preocupar-se com o que é, e não com o que se pensa que deve ser.

Toda investigação nasce de algum problema observado ou sentido, de tal modo que não pode prosseguir, se não fizer uma seleção da matéria a ser tratada. Essa seleção requer alguma hipótese ou pressuposição que vão guiar e, ao mesmo tempo, delimitar o assunto a ser investigado. Daí o conjunto de processos ou etapas de que se serve o método científico, tais como a observação e a coleta de todos os dados possíveis; a hipótese que procura explicar provisoriamente todas as observações de maneira simples e viável; a experimentação que dá ao método científico também o nome de método experimental; a indução que resulta na lei que fornece a explicação ou o resultado de todo o trabalho de investigação, ou seja, a teoria que insere o assunto tratado num contexto mais amplo.

O método científico aproveita ainda a análise, a comparação e a síntese, os processos mentais da dedução e indução, processos estes comuns a todo tipo de investigação, quer experimental, quer racional.

“Em suma, método científico é a lógica geral, tácita ou explicitamente empregada para apreciar os méritos de uma pesquisa” (Nagel, 1969, p.19).

1.8.3 – As técnicas e os procedimentos metodológicos

O método concretiza-se como conjunto das diversas etapas ou passos que devem ser dados para a realização da pesquisa. Esses passos são as técnicas.

Os objetos de investigação determinam o tipo de método a ser empregado, a saber, o experimental ou o racional. Um e outro empregam técnicas específicas, bem como técnicas comuns a ambas. Assim, há técnicas associadas ao uso de certos testes em laboratório, ao levantamento de opiniões de massa, à coleta de dados estatísticos; há técnicas para conduzir uma entrevista, para determinar a idade em função do carbono, para decifrar inscrições desconhecidas, etc.

As técnicas em uma ciência são os meios corretos de executar as operações de interesse de tal ciência. O treinamento científico reside, em grande parte, no domínio dessas técnicas.

Existe um método fundamentalmente idêntico para todas as ciências, que compreende um certo número de procedimentos ou operações científicas levadas a efeito em qualquer tipo de pesquisa. Esses procedimentos pressupõem as seguintes etapas:

- a) formular questões ou propor problema e levantar hipóteses;
- b) efetuar observações e medidas;
- c) registrar tão cuidadosamente quanto possível os dados observados com o intuito de responder às perguntas formuladas ou comprovar a hipótese levantada;
- d) elaborar explicações ou rever conclusões, idéias ou opiniões que estejam em desacordo com as observações ou com as respostas resultantes;

- e) generalizar, isto é, estender as conclusões obtidas a todos os casos que envolvem condições similares; a generalização é tarefa do processo chamado indução;
- f) prever ou predizer, isto é, antecipar que, dadas certas condições, é de se esperar que surjam certas relações.

Entretanto, o método pode e dever ser adaptado às diversas ciências, à medida que a investigação de seu objeto impõe ao pesquisador lançar mão de técnicas especializadas.

1.9 - Metodologia de pesquisa

Em relação aos objetivos gerais deste estudo, as pesquisas realizadas são exploratórias, pois têm como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema e torná-lo mais explícito.

Conforme Gil (1.996:45), as pesquisas exploratórias envolvem:

- a) levantamento bibliográfico;
- b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências com o problema pesquisado; e
- c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Ainda conforme Gil (1.996:48), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

Assim, o tipo de delineamento utilizado neste estudo é a pesquisa bibliográfica, e as fontes foram livros de leitura corrente (livros de referência), legislação, publicações periódicas (Boletim IOB – Informações Objetivas).

A abordagem do tema é realizada utilizando-se argumentação de caráter indutivo, pois a indução caminha do registro de fatores singulares ou menos gerais para chegar a ser desdobrada ou ampliada em enunciado mais geral. Ou seja, a base em coleta efetuada na legislação, na literatura econômica e em outras fontes norteiam as considerações finais e recomendações gerais.

1.10 - Estrutura do trabalho

Este trabalho está assim estruturado:

No capítulo 1, apresentam-se aspectos gerais da gestão financeira dos recursos de uma empresa, a questão da pesquisa, o seu objetivo, a hipótese, a contribuição do estudo e justificativa e metodologia desta pesquisa.

No capítulo 2, faz-se a revisão da literatura contábil, ou seja, o histórico, os métodos de elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), a elaboração da DFC e da DOAR.

No capítulo 3, procedeu-se à comparação da DFC com a DOAR.

No capítulo 4, procurou-se demonstrar a análise de indicadores econômico-financeiros de uma empresa.

No capítulo 5, propôs-se a um novo modelo consubstanciando DFC e DOAR.

Já no capítulo 6 faz-se as considerações finais.

CAPÍTULO 2

2 - REVISÃO DA LITERATURA

2.1 - Histórico

No Brasil, a DOAR foi introduzida em 1976, através da Lei das Sociedades Anônimas 6.404/76, e sua substituição pela DFC está sendo proposta pela reforma dessa lei, em curso.

Nos últimos anos, em vários países a DOAR tem sido substituída pela DFC, apesar de a DOAR ser uma demonstração importante para a obtenção de informação sobre o comportamento financeiro das empresas envolvendo o conceito de capital circulante líquido.

Conforme Eliseu Martins (2000:6), “ *se olharmos do ponto de vista da efetiva utilidade e capacidade informativa, veremos que a DOAR é muito mais rica e relevante do que o Fluxo de Caixa. De qualquer forma, o conceito de capital circulante líquido é mesmo, muito mais difícil, por ser abstrato e não tão familiar quanto o de disponibilidade*”.

A comparação entre a DOAR e a DFC, já foi objeto de discussões calorosas. Este estudo abordará não só a diferença entre as duas demonstrações, mas também a discussão das vantagens e desvantagens de cada uma.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Parecer de Orientação no. 24, de 15 de janeiro de 1992 incentivou a divulgação de DFC como demonstração complementar, objetivando avanços na qualidade de informação.

2.2– Métodos de Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

2.2.1. Método direto

O método direto demonstra as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados. O saldo final das operações expressa o volume líquido de caixa provido ou consumido pelas operações durante um período.

Por este método devem ser detalhados os fluxos das operações, no mínimo, nas seguintes classes:

- a) recebimentos de clientes, incluindo os recebimentos de arrendatários, concessionários e similares;
- b) recebimentos de juros e dividendos;
- c) outros recebimentos das operações, se houver;
- d) pagamentos a empregados e a fornecedores de produtos e serviços, aí incluídos segurança, propaganda, publicidade e similares;

- e) juros pagos;
- f) impostos;
- g) outros pagamentos das operações, se houver.

2.2.1.1 - Técnica de elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa pelo método direto

A idéia desse método é apurar e informar as entradas e saídas de caixa das atividades operacionais, investimentos e financiamentos por seus volumes brutos.

O modelo utiliza a seqüência básica a seguir para calcular o fluxo de caixa das operações. Esse modelo parte dos componentes da demonstração de resultados e os ajusta pelas variações nas contas circulantes do balanço vinculadas às operações.

Em geral, um aumento no saldo das contas do ativo circulante vinculadas às operações diminui o caixa, e uma diminuição no saldo dessas contas aumenta o caixa. Do mesmo modo um acréscimo no saldo das contas do passivo circulante vinculadas às operações aumenta o caixa, e uma diminuição produz uma saída (redução) do caixa. Esse esquema é genérico, e deve ser utilizado com cuidado, pois podem existir transações no circulante que não pertencem às atividades operacionais (empréstimo de curto prazo, por exemplo) e também eventos fora do circulante que fazem parte das operações (juros e impostos a pagar no longo prazo, créditos de longo prazo, etc.).

2.2.2 - Método Indireto

O método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso é também chamado de método de reconciliação.

Para tanto é necessário:

- a) remover do lucro líquido os diferimentos de transações que foram caixa no passado, como gastos antecipados, crédito tributário, etc. e todas as alocações ao resultado de eventos que podem ser caixa no futuro, como as alterações nos saldos das contas a receber e a pagar do período; e
- b) remover do lucro líquido as alocações ao período do consumo de ativos de longo prazo e aqueles itens cujos efeitos no caixa sejam classificados como atividades de investimento ou financiamento: depreciação, amortização do *goodwill* e ganhos e perdas na venda de imobilizado e / ou em operações em descontinuidade (atividades de investimento); e ganhos e perdas na baixa de empréstimos (atividades de financiamentos).

2.2.2.1 - Técnica de elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa pelo método indireto

Este método faz a ligação entre lucro líquido constante na demonstração de resultados e o caixa gerado pelas operações. A principal utilidade desse método é mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio (normalmente, clientes, estoques e fornecedores). Outra vantagem é permitir que o usuário avalie quanto do lucro se está

transformando em caixa em cada período. Essa análise, todavia, deve ser feita com cuidado, pois é comum existirem recebimentos e pagamentos no período corrente de direitos e obrigações que se originaram fora do exercício a que se refere o lucro que está sendo apurado.

O método de obtenção indireta do caixa gerado pelas atividades operacionais é uma continuação da sequência utilizada na DOAR para se obter o capital circulante gerado pelas operações. Por isso, a grande maioria das empresas com DFC obrigatória prefere utilizar o método indireto, em razão do costume anteriormente adquirido ao elaborar a DOAR, além de ser esse método bem mais fácil de ser automatizado e informatizado.

A lógica do método indireto é a seguinte: em princípio, assume-se que todo o lucro afetou diretamente o caixa. Sabemos que isso não corresponde à realidade, e daí procedemos aos ajustes. Partimos do lucro líquido extraído da demonstração de resultados e fazemos as adições e subtrações a este dos itens que afetam o lucro mas não afetam o caixa, e dos que afetam o caixa mas não afetam o lucro. Como o que estamos apurando é o fluxo de caixa das atividades operacionais, se eventualmente constatarem da demonstração de resultados eventos referentes a outras atividades, estes também deverão ser adicionados (ou subtraídos) ao lucro líquido, pois serão reportados em seus grupos respectivos. É o caso, por exemplo, de um ganho (ou perda) na venda de um imobilizado, que normalmente é uma atividade de investimento.

A grande vantagem do método indireto é sua capacidade de deixar claro que certas variações no caixa geradas pelas operações se dão por alterações nos prazos de recebimentos e de pagamentos, ou por incrementos, por exemplo, dos estoques. Assim, num exercício pode haver aumento no caixa

das operações porque se reduziu o prazo de recebimento dos clientes ou porque se aumentou o prazo de pagamentos dos fornecedores. Esse fato pode ocorrer só num período e não tender a se repetir no futuro. Por isso, é relevante sua evidenciação, o que não ocorre de forma transparente no método direto.

2.2.2.2 - Regras básicas do método indireto

São as seguintes as regras básicas deste método:

1. registrar o lucro líquido (transcrever da Demonstração de resultados);
2. somar (ou subtrair) os lançamentos que afetam o lucro mas que não tem efeito no caixa, ou cujo efeito no caixa se reconhece em outro lugar da demonstração ou num prazo muito longo (depreciação, amortização, resultado de equivalência patrimonial, despesa financeira de longo prazo, etc.);
3. somar (ou subtrair) os lançamentos que, apesar de afetarem o caixa, não pertencem a atividades operacionais (por exemplo, ganho e perda na venda à vista, de imobilizado ou de outro ativo não pertencente ao grupo circulante);
4. somar as reduções nos saldos das contas do ativo circulante e realizável a longo prazo vinculadas às operações;
5. subtrair os acréscimos nos saldos das contas do ativo circulante e realizável a longo prazo vinculados às operações;

6. somar os acréscimos nos saldos das contas do passivo circulante e exigível a longo prazo vinculadas às operações;
7. subtrair as reduções nos saldos das contas do passivo circulante e exigível a longo prazo vinculadas às operações.

Conforme se mencionou anteriormente, o método direto e o método indireto serão demonstrados baseados em: balanço patrimonial (Quadro 1) e demonstração do resultado (Quadro 2) que se seguem:

Quadro 1 -Balanço patrimonial (em R\$)

ATIVO	31-12-X0	31-12-X1	Varição
Caixa	2.000	1.000	(1.000)
Bancos	5.000	2.000	(3.000)
Aplicações financeiras	13.000	5.000	(8.000)
Duplicatas a receber	40.000	70.000	30.000
Duplicatas descontadas	0	(5.000)	(5.000)
Provisão para devedores duvidosos	(1.000)	(1.500)	(500)
Estoques	30.000	20.000	(10.000)
Despesas pagas antecipadamente	3.000	4.000	1.000
Imobilizado	70.000	100.000	30.000
Depreciação acumulada	(7.000)	(5.500)	1.500
TOTAL DO ATIVO	155.000	190.000	35.000
PASSIVO			
Fornecedores	30.000	35.000	5.000
Provisão para imposto de renda	2.000	4.000	2.000
Salários a pagar	15.000	8.000	(7.000)
Empréstimos	28.000	44.000	16.000
Capital	60.000	70.000	10.000
Lucros acumulados	20.000	29.000	9.000
TOTAL DO PASSIVO + PL	155.000	190.000	35.000

Quadro 2 - Demonstração do resultado X1 (em R\$)

Vendas	60.000
Custo das mercadorias vendidas	(25.000)
Lucro bruto	35.000
Despesas de salários	(16.000)
Depreciação	(1.500)
Despesas financeiras	(2.000)
Provisão para devedores duvidosos	(1.000)
Despesas diversas	(2.200)
Receitas financeiras	700
Lucro na venda de imobilizado	3.000
Lucro antes do IR e CS	16.000
Provisão para imposto de renda	(4.000)
Lucro líquido	12.000

2.2.2 – Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método direto

Quadro 3 - Demonstração de Fluxos de Caixa, ano X1

Atividades operacionais		
Recebimento de clientes	29.500	
Recebimento de juros	700	
Duplicatas descontadas	5.000	
Pagamentos		
- a fornecedores de mercadorias	(10.000)	
- de impostos	(2.000)	
- de salários	(23.000)	
- de juros	(2.000)	
- despesas pagas antecipadamente	(3.200)	
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(5.000)
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda de imobilizado	15.000	
Pagamento pela compra de imobilizado	(45.000)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(30.000)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	10.000	
Empréstimos de curto prazo	16.000	
Distribuição de dividendos	(3.000)	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		23.000
Redução líquido nas disponibilidades		20.000
Saldo de caixa + equivalente-caixa em X0		8.000
Saldo de Caixa + Equivalente-Caixa em X1		

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido, ano X1:

	<u>Capital</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/X0	60.000		80.000
Aumento de capital	10.000	12.000	10.000
Lucro líquido		(3.000)	12.000
Dividendos pagos		29.000	(3.000)
Saldo em 31/12/X1	70.000		99.000

Outras informações:

- a) custo do imobilizado vendido = R\$ 15.000, já depreciado em R\$ 3.000
- b) as despesas financeiras foram pagas
- c) aplicações financeiras em CDB's de 30 e 60 dias e em caderneta de poupança

<u>Dupl. a Receber</u>		<u>C.M.V.</u>		<u>Fornecedores</u>	
40.000	500 (a.3)	(b.1) 30.000	20.000 (b.1)	(b.4) 10.000	30.000
(a.1) <u>60.000</u>	29.500 (a.2)	(b.3) <u>15.000</u>			<u>15.000</u> (b.3)
70.000		25.000			35.000

<u>Desp. Antecipadas</u>		<u>Imobilizado</u>		<u>Deprec. Acumulada</u>	
3.000	2.200(c.1)	70.000	15.000(d.1)	(b.4) 3.000	7.000
(c.2) <u>3.200</u>		(d.2) <u>45.000</u>			<u>1.500</u> (b.3)
4.000		100.000			5.500

PDD		Dupl. Descontadas		Prov. p/IR	
(a.3) 500	1.000 <u>1.000</u> (e.1) 1.500		0 <u>5.000</u> (f.1) 5.000	(g.2) <u>2.000</u>	4.000 (g.1)
Salários a Pagar		Empréstimos		Capital	
(h.2) 23.000	15.000 <u>16.000</u> (h.1) 8.000	(i.2) 2.000	28.000 <u>2.000</u> (i.1) 44.000		60.000 10.000 (j.1)
Lucros Acumulados					
(l.2) 3.000	20.000 <u>12.000</u> (l.1) 29.000				

I – Movimentações de caixa das atividades operacionais

Receita de juros – na DRE consta uma receita de R\$ 700 sem que haja uma conta de juros a receber no ativo. Conseqüentemente, todo o valor da receita financeira foi recebido. Observamos, contudo, que esse valor de R\$ 700 está incorporado no saldo final da conta aplicações financeiras no balanço;

(a 1) – transcrição da receita de vendas da DRE. Como o saldo final de duplicatas a receber aumentou em R\$ 30.000 em relação ao saldo inicial e foram baixados no período R\$ 500 de duplicatas incobráveis (baixa PDD), significa que no período foram recebidos R\$ 29.500 (lançamento a 2);

(b 1) e (b 2) – transcrição dos saldos do balanço inicial e final de estoques. Com isso, dado o CMV de R\$ 25.000 transcrito da DRE, obtemos o valor da compra (b 3), que, confrontando com o saldo inicial e final de fornecedores, leva a apuração dos R\$ 10.000 pagos no período pelas mercadorias adquiridas (b 4);

(c 1) – valor transcrito da DRE referente à fração dos gastos antecipados que foram caixa no passado e que são despesas do período R\$ 2.200. Como o saldo final de despesas pagas antecipadamente é de R\$ 4.000, então houve um desembolso pela aquisição de um novo ativo dessa natureza, no valor de R\$ 3.200 (c 2);

(e 1) – despesa com provisão para devedores duvidosos no período. Não tem efeito no caixa. Observe, contudo, que a baixa de R\$ 500 de duplicatas incobráveis contra duplicatas a receber (lançamento (a 3) afetou o valor líquido recebido de clientes no período;

(f 1) desconto de duplicatas. A entrada de caixa do desconto de duplicatas (R\$ 5000) será tratada aqui nas atividades operacionais;

(g 1) – valor da provisão para imposto de renda (R\$ 4.000), transcrito da DRE, que é igual ao saldo final dessa conta no passivo. Conseqüentemente, foi pago no período todo o saldo anterior de R\$ 2.000 (g 2);

(h 1) – despesa com salários lançada no período (DRE). Mas o saldo final da conta salários a pagar, no passivo, foi reduzido em R\$ 7.000, resultando em R\$ 23.000 de desembolso de caixa nessa transação (h 2);

(i 1) e (i 2) – no exemplo, está-se considerando que a despesa financeira compõe a conta de Empréstimos (não existe uma conta de Juros a Pagar no passivo). Como essa despesa financeira foi paga (dado adicional do exemplo), então o novo empréstimo é de R\$ 16.000.

II – Movimentações de caixa das atividades de investimentos

(d 1) e (d 2) – trata-se da baixa do imobilizado de custo histórico igual a R\$ 15.000, já depreciado em R\$ 3.000, conforme informações complementares do problema. Como existe um ganho de R\$ 3.000 pela venda desse imobilizado no DRE, então a venda foi feita por R\$ 15.000, sendo este o valor que deverá ser registrado na DFC;

(d 2) – o cruzamento do saldo inicial da conta Imobilizado com seu saldo final, considerando a baixa acima, mostra a aquisição de um novo imobilizado, no valor de R\$ 45.000;

(d 4) – a despesa de depreciação, de R\$ 15.00, não representa uma saída de caixa, portanto não comporá a DFC;

III – Movimentação de caixa das atividades de financiamentos

(i 3) – conforme já comentado nos itens (i 1) e (i 2), a conclusão desses R\$ 16.000 de novos empréstimos deriva do fato de as despesas financeiras de R\$ 2.000 terem sido pagas;

(j 1) – aumento de capital em dinheiro de R\$ 10.000. Se esse aumento tivesse ocorrido por meio de outro ativo, haveria essa informação;

(l 1) e (l 2) – o lucro do período de R\$ 12.000 (l 1) somado ao saldo inicial de R\$ 20.000 de lucros acumulados elevam o saldo dessa conta para R\$ 32.000. Como este é de R\$ 29.000, consideramos que houve distribuição de dividendos de R\$ 3.000.

2.2.3 – Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método indireto

Quadro 5 -Demonstração de fluxo de caixa, ano X1

Atividades operacionais		
Lucro líquido	12.000	
Mais: depreciação	1.500	
Menos: lucro na venda de imobilizados	(3.000)	
Aumento em duplicatas a receber	(30.000)	
Aumento em PDD	500	
Aumento em duplicatas descontadas	5.000	
Redução de estoques	10.000	
Aumento em despesas pagas antecipadamente	(1.000)	
Aumento em fornecedores	5.000	
Aumento em provisão para IR	2.000	
Redução em salários a pagar	(7.000)	
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(5.000)
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda de imobilizado	15.000	
Pagamento pela compra de Imobilizado	(45.000)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(30.000)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	10.000	
Empréstimos de curto prazo	16.000	
Distribuição de dividendos	(3.000)	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(23.000)
Redução líquido nas disponibilidades		(12.000)
Saldo de caixa + equivalente-caixa em X0		20.000
Saldo de caixa + equivalente-caixa em X1		8.000

2.4 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

2.4.1 - Significado

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (mais conhecida como DOAR), como seu próprio nome indica, tem por objetivo apresentar de forma ordenada e sumariada, principalmente, as informações relativas às operações de financiamento e investimento da empresa durante o exercício, e evidenciar as alterações na posição financeira da empresa.

Os financiamentos estão representados pelas origens de recursos e os investimentos pelas aplicações de recursos, e o significado de recursos aqui não é simplesmente o de dinheiro, ou de disponibilidade, pois abrange um conceito mais amplo; recurso representa capital de giro líquido que, na denominação dada pela lei, é capital circulante líquido. Como sabemos, o capital circulante líquido é representado pelo ativo circulante (disponível, contas a receber, investimentos temporários, estoques e despesas pagas antecipadamente) menos o passivo circulante (fornecedores, contas a pagar e outras exigibilidades do exercício seguinte).

Dessa forma, essa demonstração não deve ser confundida com as demonstrações que visam somente ao fluxo das disponibilidades, como o fluxo de caixa. De fato, esta visa tão-somente mostrar as entradas e saídas de dinheiro, ao passo que a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos é mais abrangente, não só por ter as variações decorrente do capital

circulante líquido, em vez de caixa, mas por representar uma demonstração das mutações na posição financeira em sua totalidade.

É, aliás, por esse motivo que em alguns países a DOAR é denominada Demonstração das Mutações na Posição Financeira.

2.4.2 - Descrição das origens de recursos

As origens de recursos são representadas pelos aumentos no Capital Circulante Líquido, e as mais comuns são decorrentes:

a) das próprias operações, quando as receitas (que geram ingressos de capital circulante líquido) do exercício são maiores que as despesas (que geram aplicações ou reduções de capital circulante líquido).

Assim, ignorando aquelas despesas ou receitas que não afetam o capital circulante líquido, temos simplesmente que:

- se houver lucro, teremos uma origem de recursos;
- se houver prejuízo, teremos uma aplicação de recursos;

b) dos acionistas, pelos aumentos de capital integralizados por estes no exercício, já que tais recursos aumentaram as disponibilidades da empresa e , conseqüentemente, seu capital circulante líquido;

c) de terceiros, por empréstimos obtidos pela empresa, pagáveis a longo prazo, bem como dos recursos oriundos da venda a terceiros de bens do ativo permanente, ou de transformação do realizável a longo prazo em ativo circulante.

Os empréstimos feitos e pagáveis a curto prazo não são considerados como origem de recursos, para fins dessa demonstração, pois não alteram o capital circulante líquido. De fato, nesse caso há um aumento de disponibilidades e, ao mesmo tempo, do passivo circulante.

2.4.3 - Descrição das aplicações de recursos

As aplicações de recursos são representadas pelas diminuições do capital circulante líquido, e as mais comuns são:

- a) inversões permanentes derivadas de:
 - aquisição de bens ao ativo imobilizado;
 - aquisição de novos investimentos permanentes em outras sociedades;
 - aplicação de recursos no ativo diferido;
- c) pagamento de empréstimos a longo prazo, pois, assim como a obtenção de um novo financiamento representa uma origem, sua liquidação significa uma aplicação;

Na verdade, como o conceito de recursos é o de capital circulante líquido, a mera transferência de um saldo de empréstimo do exigível a longo prazo para o passivo circulante, por vencer no exercício seguinte, representa uma aplicação de recursos, pois reduziu o capital circulante líquido;

- d) remuneração de acionistas, derivada dos dividendos distribuídos.

2.4.4 - Origens e aplicações que não afetam o capital circulante líquido, mas aparecem na demonstração

Conforme Ludícibus, Martins, Gelbcke (2000: 338) :

“há inúmeros tipos de transações efetuadas que não afetam o capital circulante líquido, mas são representadas como origens e aplicações simultaneamente. Por exemplo:

- a) aquisição de bens do ativo permanente (investimentos ou imobilizados) pagáveis a longo prazo. Nesse caso, há uma aplicação pelo acréscimo do ativo permanente e ao mesmo tempo uma origem pelo financiamento obtido pelo acréscimo no exigível a longo prazo no exercício, como se houvesse entrado um recurso que fosse imediatamente aplicado;
- b) conversão de empréstimos de longo prazo em capital, caso em que há uma origem pelo aumento do capital e, paralelamente, uma aplicação pela redução do exigível a longo prazo, como se houvesse ingresso de recursos de capital aplicado na liquidação da dívida;
- c) integralização de capital em bens do ativo permanente, situação também sem efeito sobre o capital circulante líquido, mas representada na origem (aumento de capital) e na aplicação (bens do ativo permanente recebidos), como se houvesse essa circulação do recurso;
- d) venda de bens do ativo permanente recebível a longo prazo, operação que também deve ser demonstrada na origem, como se fosse recebido o valor da venda, e na aplicação, como se houvesse o empréstimo sido feito para recebimento a longo prazo. “

2.4.5 - Importância

Como se verifica pela natureza das informações que contém, a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos é de muita utilidade, pois fornece dados importantes que não constam das demais demonstrações financeiras; está relacionada tanto com o balanço como com a demonstração do resultado do exercício, sendo complementar a ambos, fornecendo as modificações na posição financeira da empresa pelo fluxo de recursos. Assim, é muito útil no conhecimento e análise da empresa e de sua evolução no tempo. De fato, ela auxilia em importantes aspectos como, por exemplo:

1. conhecimento da política de inversões permanentes da empresa e fontes dos recursos correspondentes;
2. constatação dos recursos gerados pelas operações próprias, ou seja, o lucro do exercício ajustado pelos itens que o integram, mas não afetam o capital circulante líquido;
3. verificação de como foram aplicados os recursos obtidos com os novos empréstimos de longo prazo;
4. constatação de se e como a empresa está mantendo, reduzindo ou aumentando seu capital circulante líquido;
5. verificação da compatibilidade entre os dividendos e a posição financeira da empresa.

Essa demonstração é também muito utilizada no acompanhamento de desenvolvimento de novos projetos, comparando seus valores realizados com

os orçados, não só para fins internos da administração e de seus acionistas, como também pelos agentes financiadores do projeto.

2.4.6 - Forma de apresentação da DOAR

Introdução

Conforme art. 188 da Lei nº 6404/76, a DOAR é apresentada com os seguintes grandes títulos:

I. ORIGEM DOS RECURSOS

Neste item, são discriminadas as origens, por natureza, e apurado o valor total dos recursos obtidos no Exercício.

II. APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Neste, são relacionadas as aplicações, também por natureza, e evidenciado seu valor total.

III. AUMENTO OU REDUÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Sob este subtítulo é representada a diferença entre o total das origens e o total das aplicações.

IV. SALDO INICIAL E FINAL DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO E VARIÇÃO

Aqui são evidenciados o ativo e passivo circulantes do início e do fim do exercício e o respectivo aumento ou redução do capital circulante líquido.

2.4.7 - O texto da lei das sociedades por ações

O art. 188 da Lei 6.404/76 reconhece os critérios de apresentação e o conteúdo dessa demonstração como segue:

“ A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

- I. as origens dos recursos, agrupadas em:
 - a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
 - b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital; recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

- II. as aplicações de recursos, agrupadas em:
 - a) dividendos distribuídos;
 - b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
 - c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
 - d) redução do passivo exigível a longo prazo.

- III. o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;
- IV. os saldos no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

2.4.8 - Tratamento e classificação recomendados conforme definição da Lei 6.404/76

2.4.8.1 - Origem de recursos das operações

2.4.8.1.1 - Conceito e técnica de apuração

Este item visa demonstrar os recursos oriundos das próprias operações. Os recursos originados das próprias operações representam as receitas que originaram estes recursos (acréscimos no capital circulante líquido) menos as despesas que causaram sua utilização (diminuição do capital circulante líquido).

De fato, as receitas geram contas a receber ou caixa e as despesas acarretam pagamento ou acréscimo de contas a pagar ou redução de valores do ativo circulante, como salários, encargos, estoques consumidos, etc.

Todavia, ao invés de repetir quais são essas receitas e despesa que alteram o capital circulante líquido, a técnica de apuração e de apresentação

na demonstração é a de partir do lucro líquido, conforme demonstração do resultado do exercício, e daí excluir os valores registrados como despesa ou receita que não geram aplicações nem origens destes recursos (capital circulante líquido).

2.4.8.1.2 - Receitas e despesas que não afetam o capital circulante líquido

O texto da lei menciona a esse respeito os itens enumerados a seguir:

I. Depreciação, amortização e exaustão

De fato, tais itens constam como despesas no exercício, diminuindo o resultado, mas não reduzem o capital circulante líquido; representam redução no ativo permanente (imobilizado ou diferido) e redução no patrimônio líquido (resultado), não alterando os valores de ativo e passivo circulantes.

Assim o valor desses itens registrados no ano deve ser adicionado ao lucro líquido para a apuração do valor efetivo dos recursos gerados pelas próprias operações. Afinal, o desembolso pela aquisição ao ativo permanente, ora sendo depreciado, amortizado, ou exaurido, ocorreu no passado e já deve ter sido considerado como aplicação no exercício devido.

II. Variação nos resultados de exercícios futuros

O mesmo fato, apesar de em forma inversa, ocorre com a variação no grupo de resultados de exercícios futuros. Essa conta

representa lucros que, pelo regime de competência, pertencem a exercícios futuros, porém já afetaram o capital circulante líquido. De fato, se o saldo de resultados de exercícios futuros tem um aumento no exercício, significa que a empresa já o recebeu, aumentando o capital circulante líquido, mas sem que o tenha registrado como receita, ou seja, não fez parte do lucro do ano; entretanto, como se trata de recebimento originado pelas operações da empresa, deve ser agregado ao resultado do exercício. Se houver redução do saldo desse grupo, deve ser diminuído do lucro líquido.

Há outros itens importantes que alteram o resultado, mas não afetam o capital circulante líquido, e a lei deixou de mencioná-los, mas, evidentemente, devem ter o mesmo tratamento, sendo adicionados ou deduzidos do lucro líquido. É o caso de:

1. Lucro ou prejuízo registrado pelo método da equivalência patrimonial para investimentos em coligadas ou controladas.

Quando é adotado o método de equivalência patrimonial na contabilização de investimento relevante em coligadas e controladas, faz-se anualmente o registro de receita ou despesa proporcional ao lucro ou prejuízo das investidas no período. Esse resultado, que afeta o lucro da investidora, não afeta seu capital circulante líquido. Por isso, na apuração da origem de recursos das operações, esse valor deve ser diminuído do lucro líquido, se for receita, ou a ele acrescentado se for despesa.

2. Ajustes de exercícios anteriores

Esses ajustes podem ser decorrentes do efeito da mudança de prática contábil, ou retificação de erros de exercícios anteriores, e esses erros ou ajustes são registrados diretamente na conta de lucros ou prejuízos acumulados, não afetando, portanto, o lucro líquido do ano. A melhor forma de tratamento desse item é ajustá-lo nos saldos iniciais do balanço, nas contas a que se refere, como se já houvesse sido registrado no anos anteriores. Dessa forma, as origens e aplicações de recursos do ano já ficarão expurgadas desse efeito.

3. Variações monetárias de dívidas de longo prazo

Essas despesas afetam o lucro, mas, por reduzirem o patrimônio líquido e aumentarem o exigível ao longo prazo, não alteram o capital circulante líquido. Devem, por isso, também ser adicionadas ao lucro líquido do exercício.

4. Outros

Além dos itens apresentados, pode haver outros que afetam o lucro, mas não afetam o capital circulante líquido, devendo ter o mesmo tratamento.

2.4.8.1.3 - Caso em que há prejuízos nas operações da empresa

Todas as considerações anteriores foram feitas na situação em que as operações geram recursos para a empresa, partindo do pressuposto de que há lucro líquido no exercício. Entretanto, se a situação é inversa, ou seja, quando as operações consomem capital circulante líquido, isso representa uma aplicação, e como tal deve ser apresentada na demonstração, no grupo intitulado Aplicações, como o primeiro item do grupo. Isso ocorre quando a empresa está operando com prejuízo. Entretanto, se a empresa está com prejuízo mas, como decorrência dos ajustes já citados, as operações próprias apresentam uma origem de recursos, a apresentação do prejuízo e de seus ajustes deve ser no agrupamento intitulado Origens.

O inverso pode também excepcionalmente ocorrer, devendo ter tratamento similar, isto é, a empresa está com lucro, mas os ajustes evidenciam finalmente uma aplicação de recursos, devendo ser apresentado o lucro e seus ajustes no agrupamento Aplicações.

2.4.8.2 - Realização do capital social e contribuições para reservas de capital

Estes recursos podem ser recebidos dos próprios acionistas ou de terceiros. Logicamente, devem aqui ser consideradas pela empresa as

integralizações efetivas e não a subscrição, pois só a integralização representa ingresso de recursos e aumento do capital circulante líquido. As contribuições para reservas de capital são também origens, tais como:

- a) Ágio na emissão de ações, pelo valor efetivamente integralizado no exercício;
- b) Produtos da alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. São também reservas de capital constituídas pelo ingresso de recursos que aumentam o capital circulante líquido;
- c) Doações e subvenções, também outro tipo de reserva de capital, com características especiais. Uma doação recebida pode ser em dinheiro, afetando diretamente o capital circulante líquido. Por outro lado, se for, por exemplo, doação de terreno, não haverá alteração no capital circulante líquido, mas é necessário evidenciar a modificação na posição financeira, registrando o valor atribuído como origem e também como aplicação.

2.4.8.3 - Recursos de terceiros

Os recursos oriundos de terceiros podem ser os apresentados a seguir:

2.4.8.3.1 - Aumento no passivo exigível a longo prazo

Esse aumento no passivo exigível a longo prazo ocorre pelo valor dos novos empréstimos recebidos no exercício e que geraram acréscimo no ativo circulante. Esse aumento no exigível a longo prazo não deve ser apenas o aumento líquido, ou seja, a diferença entre os novos empréstimos obtidos e os pagamentos ou reduções por transferências para curto prazo. De fato, o valor dos novos empréstimos deve figurar pelo valor total como origem, e as

reduções por pagamento ou transferência para o passivo circulante devem ser apresentadas como aplicações.

1. **Tratamento das variações monetárias**

No tratamento das variações monetárias, o exigível a longo prazo é acrescido também pelos encargos financeiros, ou seja, por sua atualização contábil, em virtude da variação cambial, juros ou atualização nominal. Essas variações monetárias são registradas como encargos financeiros, mas não afetam o capital circulante no exercício. Dessa forma, elas não devem aparecer como origem de recursos junto com os acréscimos de exigível a longo prazo, mas como ajuste (adição) ao lucro líquido.

2.4.8.3.2 - Redução do realizável a longo prazo

Decréscimo no saldo do ativo realizável a longo prazo representa, normalmente, origem de recursos, pois é oriundo de transferência, para o ativo circulante, do resgate, do recebimento ou da venda desse ativo, com conseqüente acréscimo no capital circulante líquido. Da mesma forma, um acréscimo nesse saldo representa aplicação de recursos.

A técnica correta aqui é obter uma composição sumária do movimento do realizável a longo prazo durante o exercício, de forma a classificar suas adições como aplicações, e as reduções, como origens, e isso deve ser feito sempre que tais valores forem significativos.

Nesse movimento, poderá ainda aparecer uma redução do realizável a longo prazo pela constituição de provisão para perdas. Essa provisão,

porém, não representa redução do capital circulante líquido, e sua contrapartida está em despesas (patrimônio líquido), devendo, portanto, ser também adicionada ao lucro líquido.

2.4.8.3.3 - Alteração e baixa de investimentos, bens e direitos do ativo imobilizado

No caso da venda de um bem do imobilizado, a alteração no capital circulante líquido é pelo valor da venda. Como o lucro (ou prejuízo) na transação está computado no lucro líquido do exercício e, por outro lado, há uma redução no imobilizado por seu valor líquido contábil, basta somá-los para se ter esse valor de venda.

Suponha a seguinte transação:

Valor da venda de um terreno	R\$ 800
Valor líquido contábil do terreno vendido	R\$ (500)
Lucro na transação	R\$ 300

O lucro na transação que afetou o lucro líquido do ano foi de R\$ 300, mas a origem total foi de R\$ 800, e a baixa no imobilizado foi de R\$ 500. Nessa situação, há duas formas de apresentação, como segue (supondo-se lucro líquido de R\$ 5.000 após o cômputo do resultado de \$ 300) (2):

(2) Modelo de demonstrativo de alteração e baixa de investimento, bens e direitos do ativo imobilizado adaptado de IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, Manual de contabilidade das sociedades por ações, p. 342

**Quadro 6 – Formas de apresentação da baixa de investimentos na
DOAR**

1. ORIGENS DE RECURSOS	
Lucro líquido do exercício	R\$ 5.000
Mais: Valor líquido contábil das baixas do imobilizado	<u>R\$ 500</u>
Total gerado pelas operações	R\$ 5.500
Outras origens	-
Total das origens	R\$ 5.500
2. ORIGENS DE RECURSOS	
Lucro líquido do exercício	R\$ 5.000
Menos: Lucro na venda de bens do imobilizado	<u>(R\$ 300)</u>
Total gerado pelas operações	R\$ 4.700
Outras origens	-
Valor de venda de bens do imobilizado	<u>R\$ 800</u>
Total das origens	R\$ 5.500

Na primeira forma (1) , adicionamos ao lucro líquido o valor líquido contábil das baixas para se chegar ao total das origens das operações.

Na segunda forma (2), fazemos o inverso, reduzindo do lucro líquido o valor do lucro não-operacional da venda do imobilizado e, ao mesmo

tempo, registrando como origem o valor total produzido por essa transação não-operacional.

Segundo os autores IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE (2000:342), a primeira forma, apesar de muito utilizada é desaconselhável; já segunda forma tem a vantagem de mostrar qual foi o valor efetivo originado pelas operações normais da empresa, segregando os recursos de natureza esporádica e não-operacional, e deve ser adotada, particularmente quando envolver valores significativos dessas transações.

2.4.9 Elaboração de Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

Quadro 7 - Elaboração de Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) considerando-se as mesmas demonstrações contábeis utilizadas na Demonstração de Fluxo de Caixa

ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Lucro líquido	12.000	
+ Depreciações	1.500	
- Lucro na venda de imobilizado	(3.000)	10.500
Dos Acionistas		
Integralização de capital		10.000
De Terceiros		
Baixa de bem do imobilizado (valor de venda)		15.000
Total das Origens		35.500
APLICAÇÃO DE RECURSOS		
Aquisição do imobilizado	45.000	
Distribuição de dividendos	3.000	
Total das Aplicações		48.000
Acréscimo (redução) do capital circulante		(12.500)

Quadro 8 – Demonstração das variações do capital circulante por componentes

	<u>31.12.X0</u>	<u>31.12.X1</u>	<u>Variações</u>
Ativo Circulante	92.000	95.500	3.500
Caixa	2.000	1.000	(1.000)
Bancos	5.000	2.000	(3.000)
Aplicações financeiras	13.000	5.000	(8.000)
Duplicatas a receber	40.000	70.000	30.000
Duplicatas descontadas	0	(5.000)	(5.000)
Provisão para devedores duvidosos	1.000	(1.500)	(500)
Estoques	30.000	20.000	(10.000)
Despesas pagas antecipadamente	3.000	4.000	1.000
Passivo Circulante	(75.000)	(91.000)	(16.000)
Fornecedores	(30.000)	(35.000)	(5.000)
Provisão para imposto de renda	(2.000)	(4.000)	(2.000)
Salários a pagar	(15.000)	(8.000)	7.000
Empréstimos	(28.000)	(44.000)	(16.000)
Variação do Capital Circulante	17.000	4.500	(12.500)

CAPÍTULO 3

3 - FLUXO DE CAIXA VERSUS DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

3.1 – Considerações Gerais

O fluxo de caixa constitui-se em instrumento prático, de uso operacional e estratégico do administrador financeiro. Entretanto, outros instrumentos podem ser úteis na elaboração do fluxo de caixa, como o Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e o Quadro de Fontes e Usos dos Recursos.

Considerando o fluxo de caixa sob os enfoques da Administração, Contabilidade e Economia, é um instrumento que pode apresentar características comuns, mas aspectos distintos, quanto à sua forma de elaboração, análise e interpretação.

De fato, seu papel é relacionar o conjunto de ingressos e desembolsos financeiros da empresa em determinado período.

Por meio do estudo do fluxo de caixa, procura-se analisar o deslocamento de cada unidade monetária na da empresa, isto é, partindo do disponível (caixa) pode-se verificar os caminhos percorridos pelo numerário e, principalmente, as operações que aumentam ou diminuem o nível do saldo de caixa.

3.2 – Demonstração de Fluxos de Caixa

3.2.1 - Objetivos

Segundo Iudícibus, Martins, Gelbcke (2000:351) “ o objetivo primário da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período”.

Dentre os objetivos básicos do fluxo de caixa podemos citar:

- a) facilitar a análise e o cálculo na seleção das linhas de crédito a serem obtidas junto às instituições financeiras;
- b) programar os ingressos e os desembolsos de caixa, de forma criteriosa, permitindo determinar o período em que deverá ocorrer carência de recursos e o montante, havendo tempo suficiente para as medidas necessárias;
- c) permitir o planejamento dos desembolsos de acordo com as disponibilidades de caixa, evitando-se o acúmulo de compromissos vultosos em época de pouco encaixe;
- d) determinar quanto de recursos próprios a empresa dispõe em dado período, e aplicá-los de forma mais rentável possível, bem como analisar os recursos de terceiros que satisfaçam as necessidades da empresa;
- e) proporcionar o intercâmbio dos diversos departamentos da empresa com a área financeira;
- f) desenvolver o uso eficiente e racional do disponível;
- g) financiar as necessidades sazonais ou cíclicas da empresa;

- h) providenciar os recursos para atender aos projetos de implantação, expansão, modernização ou realocização industrial e/ ou comercial;
- i) fixar o nível de caixa, em termos de capital de giro;
- j) auxiliar na análise dos valores a receber e estoques, para que se possa julgar a conveniência em aplicar nesses itens ou não;
- k) verificar a possibilidade de aplicar possíveis excedentes de caixa;
- l) estudar um programa saudável de empréstimos ou financiamentos;
- m) projetar um plano efetivo de pagamento de débitos;
- n) analisar a viabilidade de serem comprometidos os recursos pela empresa;
- o) participar e integrar todas as atividades da empresa, facilitando assim os controles financeiros.

Concluindo, um dos principais objetivos do fluxo de caixa é otimizar a aplicação de recursos próprios e de terceiros nas atividades mais rentáveis pela empresa.

3.2.2 - Causas da falta de recursos na empresa

Dentre as principais causas que poderão ocasionar escassez de recursos financeiros na empresa, relacionam-se:

- a) expansão descontrolada das vendas, implicando maior volume de compras e custos pela empresa;
- b) insuficiência de capital próprio e utilização do capital de terceiros em proporção excessiva, em conseqüência, aumentando o grau de endividamento da empresa;

- c) ampliação exagerada dos prazos de vendas pela empresa para conquistar clientes;
- d) necessidade de compras de porte, de caráter cíclico ou para reserva, exigindo maiores disponibilidades de caixa;
- e) diferenças acentuadas na velocidade dos ciclos de recebimento e pagamento, em função dos prazos de venda e compra;
- f) baixa velocidade na rotação de estoque e nos processos de produção;
- g) subocupação temporária do capital fixo, seja pelas limitações de mercado, seja pela falta ou insuficiência de capital de giro;
- h) distribuição de lucros, além das disponibilidades de caixa;
- i) altos custos financeiros em função de planejamento e controle de caixa incompletos;

Em resumo, as principais alterações nos saldos de caixa decorrem de fatores externos e internos à empresa.

Quanto aos fatores externos temos:

- a) declínio de vendas;
- b) expansão ou retração do mercado;
- c) elevação do nível de preços;
- d) concorrência;
- e) inflação;
- f) alterações nas alíquotas de impostos;
- g) inadimplência.

No que se refere a fatores internos, uma vez que as decisões na maioria dos setores da empresa provocarão um impacto sobre o fluxo de caixa, é importante que o administrador financeiro seja capaz de reconhecer as conseqüências financeiras das alterações nas políticas de produção, vendas, distribuição, compras, pessoal, etc.

3.2.3 - Equilíbrio financeiro da empresa

As empresas equilibradas financeiramente apresentam as seguintes características:

- a) há permanente equilíbrio entre os ingressos e os desembolsos de caixa;
- b) aumenta a participação de capital próprio, em relação ao capital de terceiros;
- c) é satisfatória a rentabilidade do capital empregado;
- d) nota-se uma menor necessidade de capital de giro;
- e) existe tendência em aumentar o índice de rotação de estoques;
- f) verifica-se que os prazos médios de recebimento e pagamento tendem a estabilizar-se;
- g) não há immobilizações excessivas de capital, nem ela é insuficiente para o volume necessário de produção e comercialização;
- h) não há falta de produtos prontos ou mercadorias no atendimento das vendas.

3.2.4 - Alterações nos saldos de caixa

A posição de caixa recebe continuamente o impacto de vários fatores, tanto internos como externos, que precisam ser considerados no dia-a-dia da empresa.

3.2.4.1 - Fatores internos da empresa

A administração financeira da empresas vincula-se a todas as suas áreas, uma vez que toda e qualquer tomada de decisão tem consequências financeiras. Então, é preciso, dispor de um controle administrativo eficiente e uma participação constante nas decisões com repercussões financeiras. A seguir, dispõem-se os principais fatores internos:

a) Alteração na política de vendas

O departamento de vendas não deve tomar decisões isoladas, sem uma consideração da área financeira sobre as implicações das medidas a serem implantadas. Com efeito, uma decisão quanto ao escalonamento das entregas pode repercutir no fluxo de caixa da empresa, uma vez que determina os prazos de vencimento das duplicatas e define o período de pagamento por parte dos clientes. A decisão quanto às despesas com propaganda, publicidade e promoção, cujo desembolso é imediato e os resultados exigem certa maturação, para os quais é fundamental a participação do administrador financeiro.

O pagamento das comissões dos vendedores deve ser do conhecimento do administrador financeiro, principalmente quanto a época e à forma como irão ocorrer, devido aos efeitos sobre o fluxo de caixa. Também as políticas de

descontos ou abatimentos concedidos sobre as vendas que possam reduzir a margem de lucro e os ingressos no fluxo de caixa da empresa são fatores internos que influenciam no seu fluxo de caixa.

3.2.4.2 - Decisões na área de produção

O diretor de produção não pode decidir isoladamente sobre a aquisição de máquinas, equipamentos muito menos sobre a expansão da fábrica, sem uma análise com a participação da área financeira, que irá considerar as disponibilidades existentes para inversões em itens ao ativo imobilizado.

Pode, ainda, o diretor de produção optar por uma produção contínua, mantendo o mesmo nível, em época de queda nas vendas da empresa. Esta decisão exige a manutenção de maiores níveis de estoque, a compra de matérias-primas, custos de mão-de-obra direta e despesas indiretas de fabricação, em época que pode caracterizar-se como de pouco encaixe, o que necessita de medidas financeiras para tornar a decisão viável, pois estoque não paga dívidas.

3.2.4.3 - Política de compras

Os prazos de pagamentos concedidos pelos fornecedores devem ser analisados e comparados com os prazos de recebimento de clientes, procurando evitar, assim, que haja um descompasso entre os ingressos e os desembolsos de caixa.

Os descontos concedidos pelos fornecedores merecem uma análise imediata, para que a empresa possa usufruir das vantagens financeiras que o mercado oferece, em termos de custo do dinheiro.

3.2.4.4 - Política de pessoal

Esta política pressupõe alguns fatores que administração da empresa terá que levar em conta. As admissões, demissões, política salarial e de treinamento, etc. são medidas que afetam diretamente a área financeira. Portanto essas decisões não podem ser tomadas isoladamente, por causa dos aumentos, que podem representar no fluxo de caixa da empresa, fatores estes que têm que ser decididos em conjunto. Cada área não poderá assumir atitudes isoladas. Até mesmo a escrituração fiscal pode ter efeito financeiro, pelo acréscimo ou redução dos impostos que possam acarretar.

Dessa forma, o administrador financeiro deverá estar constantemente envolvido com diversas áreas da empresa, devendo participar e discutir sobre todas as medidas, cujos efeitos se estendam à área de decisões financeiras.

Dessa forma um planejamento financeiro adequado, com controles permanentes e análises contínuas constitui-se no principal instrumento de gestão financeira do fluxo de caixa.

3.2.4.5 - Fatores externos

Vários são os fatores externos que influenciam a área financeira da empresa e, por sua vez, o fluxo de caixa. A seguir, relacionam-se os mais

importantes, e que devem ser considerados pelo administrador financeiro no planejamento e no controle do fluxo de caixa:

- Uma redução estacional ou cíclica da atividade econômica pode determinar uma queda das vendas, cuja repercussão é direta na receita operacional da empresa, essa queda exige medidas imediatas de precaução para preservar a liquidez.
- Uma expectativa de desaquecimento da demanda ou a recessão da economia exigem do administrador financeiro cuidados quanto à:
 - a) política de crédito: não será aconselhável expandir o crédito, pois, em período de redução da atividade econômica, a perda dos valores a receber tende a aumentar;
 - b) cobrança de títulos: é preciso reduzir o prazo médio de recebimento, para um maior giro dos recursos em itens de maior rentabilidade imediata;
 - c) nível de estoques: manter o mesmo nível de estoques do período anterior pode não ser aconselhável, pelo custo dos recursos que ficam congelados nesse item. A tendência será, então, reduzir os estoques, repondo somente parte deles, o que terá reflexos no caixa pelo excedente imediato de recursos;
 - d) nível de produção: deverá haver uma reprogramação da produção, da compra de matérias-primas, dos custos com a mão-de-obra direta e das despesas indiretas de fabricação, para que os recursos sejam liberados para aplicações mais seguras;

- Em fase de expansão, a pressão é exercida sobre a capacidade produtiva da empresa, com a exigência de maior volume de estoques, de acréscimo das compras de matérias-primas, de maiores custos operacionais, de aumento das vendas, etc.

A conseqüência da pressão exercida pela demanda prende-se à necessidade imediata de fluxos adicionais de caixa, tanto no ativo circulante, como no ativo imobilizado. O ritmo de formação de caixa é insuficiente para contrabalançar o fluxo de aumento necessário à formação dos níveis de valores a receber, de estoques e de ativo imobilizado nos vários reservatórios.

A necessidade de maior volume de capital de giro e de imobilizado faz com que o administrador financeiro procure novas fontes de recursos, selecionando aquelas cujos encargos financeiros e cronograma de desembolsos não venham afetar a liquidez da empresa.

- Atraso dos clientes talvez seja o item que exige mais cuidado, pois os desembolsos de caixa são cobertos pelos valores em disponibilidade e pela cobrança de duplicatas a receber, uma vez que os estoques alimentam a produção e as vendas, porém não pagam as dívidas da empresa.

O controle das duplicatas a receber deve ser rigoroso e a análise do tempo decorrido entre o prazo médio de recebimento efetivo deve ser freqüente, para que seja verificado, atempo, a inadimplência média dos clientes nos pagamentos dos títulos à empresa.

- Em função do nível de preços, o mercado tem grande influência sobre o fluxo de caixa, pela necessidade que geram os maiores investimentos em valores a receber, em estoques e, eventualmente, em itens do ativo imobilizado;
- Atraso na entrega do produto, seja por más condições de trabalho, seja por dificuldades de distribuição. A repercussão é direta nos ingressos de caixa, pelo atraso no faturamento e no retorno dos recursos aplicados. Logo o administrador financeiro não pode ficar alheio a esse fato, devendo analisar a expedição e solucionar os entraves o mais rápido possível para que o fluxo de recursos seja reestabelecido. A interrupção na produção ou a paralisação devem ser evitadas, sob pena de danos financeiros maiores à empresa;
- Alterações na alíquota e criação de novos tributos podem provocar modificações no fluxo dos desembolsos de caixa para atender esse item. Acresce-se, ainda, a mudança nas alíquotas e nos prazos de recolhimentos dos impostos pelo governo como outro fator que possa vir a alterar o fluxo de caixa da empresa.

3.3 – Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

Esta demonstração tem por objetivo indicar, em dado momento, as modificações ocorridas na posição financeira da empresa. Trata-se do demonstrativo das variações de recursos, ocorridos no período compreendido

entre dois balanços ou balancetes consecutivos, com o objetivo de identificar quem financiou o que, durante os períodos considerados.

São analisadas não só as origens de recursos internos e externos, como também as aplicações realizadas pela empresa. Procura-se saber se houve aumento ou redução dos componentes patrimoniais e qual o deslocamento dos recursos ocorridos na atividade econômica, ou seja, que fontes foram utilizadas e quais suas aplicações.

A prática recomenda que a empresa busque fontes de curto prazo para financiar aplicações de curto prazo e fontes de longo prazo para financiar suas imobilizações, cujo retorno só se processa a longo prazo.

A utilização de uma fonte de recursos de longo prazo para financiar investimentos de curto prazo não é recomendada pelo risco do empreendimento. Porém, investir em itens do ativo circulante é aceitável quando o potencial de lucros gerados superar os custos do financiamento em questão. Se esse potencial não for gerado, haverá um má aplicação de recursos. É o caso do aporte de recursos para sanar temporariamente insuficiências de caixa. Caso não houver o crescimento dos negócios, em termos reais, a empresa certamente enfrentará problemas de liquidez, quando tiver que pagar os recursos captados em fontes de longo prazo.

3.3.1 – Características da DOAR

O ativo circulante relaciona, em dado momento, os recursos financeiros aplicados em fatores de produção e/ ou comercialização, visando atingir aos

objetivos econômico-financeiros da empresa: produzir e vender bens e/ ou serviços.

Nesse sentido, na economia de livre iniciativa, as empresas realizam seus objetivos e suas metas produzindo e/ ou vendendo bens e/ ou serviços, mediante a remuneração do capital investido.

As empresas necessitam, permanentemente, de recursos materiais, físicos e financeiros para serem aplicados na atividade operacional, visando alcançar seus objetivos econômicos, financeiros e sociais. Por outro lado, os recursos podem ser originados de fontes internas e externas à empresa..

As fontes internas vinculam-se ao capital acumulado pelos proprietários da empresa, aplicados em bens e direitos realizáveis da atividade econômica, enquanto as fontes externas correspondem às obrigações assumidas pela empresa, perante terceiros, de curto e longo prazos.

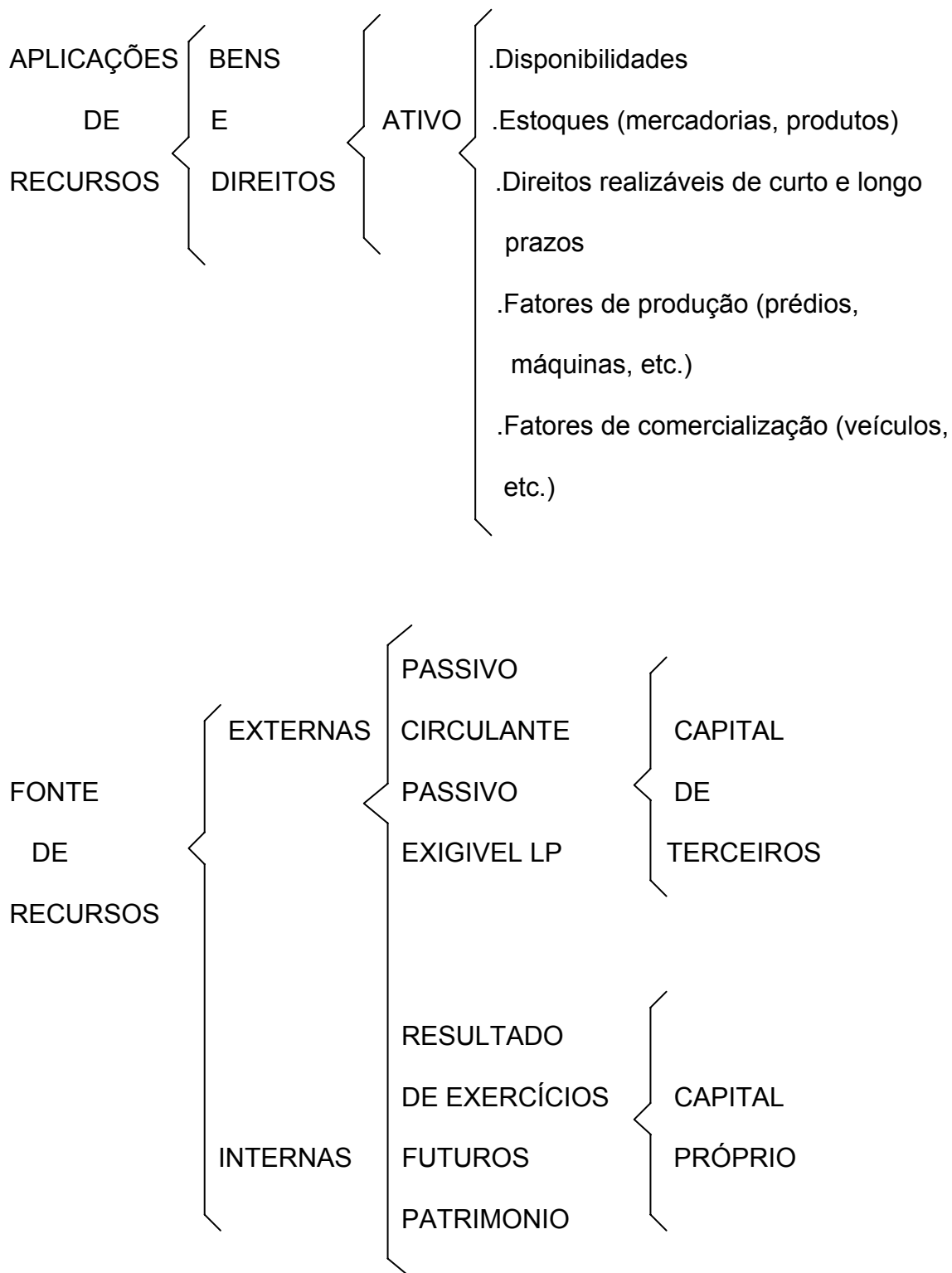
Os recursos vinculados aos proprietários da empresa são denominados de capitais próprios. No Balanço Patrimonial, estão demonstrados pelo patrimônio líquido, enquanto os bens e direitos realizáveis encontram-se no ativo.

Em contrapartida, os capitais de terceiros abrangem todas as obrigações ou dívidas assumidas pela empresa e correspondem ao passivo exigível

De forma bastante sintética, as aplicações e as fontes de recursos podem ser representadas na tabela a seguir (3):

(3) Adaptado de: WALTER, Milton A., ROCHA , Hugo Braga. Demonstrações Financeiras: um enfoque gerencial. São Paulo, Saraiva, 1990

Quadro 9 – Representação sintética de aplicações e fontes de recursos



3.3.2 – Conceitos de fundos, fontes e aplicações

Para melhor compreensão do que está sendo exposto, é necessário conceituar o que se entende por fundos, fontes ou origens e aplicações ou uso de recursos.

3.3.2.1 - Fundos

São quaisquer recursos capazes de financiar investimentos em capital de giro e capital fixo ou resgatar dívidas, decorrentes das atividade operacional ou não da empresa,

3.3.2.2 - Fontes

São as origens de recursos ocorridos por reduções de ativo e/ ou aumentos de passivo e patrimônio líquido, normalmente encontradas em:

- . utilização do disponível;
- . recebimentos ou cobranças de contas a receber;
- . captações de empréstimos ou financiamentos;
- . reinvestimentos de lucros;
- . aumento de capital pelos acionistas.

3.3.2.3 - Aplicações

São os investimentos realizados pela empresa para aumentos de ativo e/ ou reduções de passivo e patrimônio líquido.

3.3.2.4 - Princípios de diferenciação das fontes e aplicações de recursos

Tendo sido definidos os conceitos anteriores, é necessário ressaltar os princípios de diferenciação das fontes e aplicações de recursos. Essas fontes podem ser identificadas por:

- . reduções de ativo;
- . aumentos de passivo;
- . aumentos de patrimônio líquido.

Quanto às aplicações de recursos identificam-se como sendo:

- . aumentos de ativo;
- . reduções de passivo;
- . reduções de patrimônio líquido.

3.3.3 - Formas de apresentação da DOAR

As formas de apresentação do Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos poderão ser de quatro maneiras distintas, a saber:

3.3.3.1 - Gerencial

A forma gerencial apresenta as fontes e aplicações verificadas nos elementos patrimoniais, ou seja, as modificações ocorridas nos itens do ativo, do passivo e do patrimônio líquido entre os períodos em análise.

3.3.3.2 - Específica

A específica apresenta as fontes segundo os recursos próprios e os recursos de terceiros gerados na empresa, enquanto as aplicações, conforme os aumentos de ativo, reduções de passivo e reduções de patrimônio líquido entre os períodos em análise.

3.3.3.3 - Periódica

Esta forma de apresentação da DOAR se atém as fontes e as aplicações de recursos segundo os valores correntes (de curto prazo) e as fontes e as aplicações de recursos conforme os valores não correntes (longo prazo) entre os períodos em análise.

3.3.3.4 - Variação do capital de giro

Entre os períodos em análise, isto é, esta forma apresenta as fontes e aplicações de recursos de longo prazo, visando calcular a modificação do capital de giro por aumento ou redução do capital próprio da empresa.

3.3.4 - Exemplo prático

A seguir, apresenta-se um exemplo prático em que se apresenta as quatro formas de elaboração do Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos com suas análises e interpretações relevantes ficam evidentes.

De acordo com o roteiro, a primeira etapa consiste em apurar as diferenças nas contas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido entre os dois balanços patrimoniais apresentados. Na segunda etapa, classificam-se as diferenças encontradas em fontes ou aplicações de recursos, conforme os princípios de diferenciação apresentados.

Quadro 10 – Balanço patrimonial X0-X1 (em R\$) com classificação das variações em aplicações e fontes

ATIVO	31-12-X0	31-12-X1	Variação	Classificação
Caixa	2.000	1.000	(1.000)	F
Bancos	5.000	2.000	(3.000)	F
Aplicações financeiras	13.000	5.000	(8.000)	F
Duplicatas a receber	40.000	70.000	30.000	A
Duplicatas descontadas	0	(5.000)	(5.000)	F
Provisão p/devedores duvidosos	(1.000)	(1.500)	(500)	F
Estoques	30.000	20.000	(10.000)	F
Despesas pagas antecipadamente	3.000	4.000	1.000	A
Imobilizado	70.000	100.000	30.000	A
Depreciação acumulada	(7.000)	(5.500)	1.500	A
TOTAL DO ATIVO	155.000	190.000	35.000	
PASSIVO				
Fornecedores	30.000	35.000	5.000	F
Provisão para imposto de renda	2.000	4.000	2.000	F
Salários a pagar	15.000	8.000	(7.000)	A
Empréstimo	28.000	44.000	16.000	F
Capital	60.000	70.000	10.000	F
Lucros acumulados	20.000	29.000	9.000	F
TOTAL DO PASSIVO + PL	155.000	190.000	35.000	

Obs.: A = Aplicação F = Fontes

3.3.4.1 - DOAR gerencial

Nota-se que esta forma de apresentação do Demonstrativo de Origem e Aplicações de Recursos é bastante singela, pois classifica cada uma das origens e aplicações ocorridas entre os dois balanços patrimoniais consecutivos.

Quadro 11 – DOAR gerencial

APLICAÇÕES	VALOR	%	ORIGENS	VALOR	%
Duplicatas a receber	30.000	43,2	Caixa	1.000	1,4
Despesas pagas antecip.	1.000	1,4	Bancos	3.000	4.3
Imobilizado	30.000	43,2	Aplicações financeiras	8.000	11.5
Depreciação acumulada	1.500	2,2	Duplicatas descontadas	5.000	7,2
Salários a Pagar	7.000	10,0	Provisão p/ dev. duv.	500	0.7
			Estoques	10.000	14,4
			Fornecedores	5.000	7.2
			Provisão p/ IR	2.000	2.9
			Empréstimos	16.000	23.0
			Capital	10.000	14.4
			Lucros acumulados	9.000	13.0
TOTAL	69.500	100,0	TOTAL	69.500	100,0

Pode-se enriquecer esta forma da DOAR gerencial, buscando uma nova distribuição entre as fontes e aplicações da empresa. Como por exemplo, dispondo as fontes por grupo do ativo, passivo e patrimônio líquido ou outra

modalidade que seja mais interessante, para que o administrador possa analisar e interpretar as principais captações e destinações de recursos da empresa no biênio considerado.

Nesses termos, pode-se observar que as principais aplicações ocorreram nas seguintes rubricas contábeis: duplicatas a receber (R\$ 30.000), imobilizado (R\$ 30.000) e salários a pagar (R\$ 7.000). Essas aplicações representaram 96,4% do total aplicado pela empresa no período. Conclui-se que a empresa optou, talvez, por uma política mais flexível em suas vendas a prazo, procurando financiar seus clientes, enquanto houve amortização de salários a pagar e alto investimento em imobilizado.

Quanto às origens, nota-se que as principais foram: aplicações financeiras (R\$ 8.000), duplicatas descontadas (R\$ 5.000), estoques (R\$ 10.000), fornecedores (R\$ 5.000), empréstimo (R\$ 16.000), capital social (R\$ 10.000) e lucros acumulados (R\$ 9.000)

Houve aporte de capitais próprios na empresa e de entrada de capitais de terceiros através de empréstimos em 23,0% e fornecedores em 7,2 % , além de recorrer a desconto de duplicatas.

Acresce-se que é possível proceder a análise e a interpretação da Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos, não só em valores absolutos, como também em valores relativos, pela análise vertical ou de estrutura de cada uma das contas que a compõem .

3.3.4.2 - DOAR específica

Esta forma é a mais interessante em sua distribuição de informações, do que a elaborada pela gerencial. A forma específica informa o quanto a empresa, em termos de aplicações, investiu em si própria, por aumentos de ativo; o quanto saldou as suas obrigações de curto e longo prazos com terceiros, por reduções de passivo. Por outro lado, informa qual foi a geração das fontes de recursos , por reduções de ativo e aumentos do patrimônio líquido; e as fontes de recursos por aumentos de passivo.

A forma específica, além de consolidar as informações por grupo, permite verificar também quais foram as aplicações e as origens da empresa no período considerado.

Quadro 12 – DOAR específica

APLICAÇÕES	VALOR	%	ORIGEM	VALOR	%
AUMENTOS DE ATIVO			REDUÇÕES DE ATIVO		
Duplicatas a receber	30.000	43,2	Caixa	1.000	1,4
Despesas pagas antecip.	1.000	1,4	Bancos	3.000	4,3
Imobilizado	30.000	43,2	Aplicações financ.	8.000	11,5
Depreciação acumulada	1.500	2,2	Duplicatas descont.	5.000	7,2
SUB-TOTAL	62.500	90,0	Provisão p/ devedores duv.	500	0,7
REDUÇÕES DE PASSIVO			Estoques	10.000	14,4
Salários a pagar	7.000	10,0	Provisão p/ imposto renda	2.000	2,9
SUB-TOTAL	7.000	10,0	SUB-TOTAL	29.500	42,4
			AUMENTOS DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital	10.000	14,4
			Lucros acumulados	9.000	13,0
			SUB-TOTAL	19.000	27,4
			AUMENTOS DE PASSIVO		
			Fornecedores	5.000	7,2
			Empréstimos	16.000	23,0
			SUB-TOTAL	21.000	30,2
TOTAL	69.500	100,0	TOTAL	69.500	100,0

Quanto à análise e interpretação da DOAR específica pode-se acrescentar que tal modelo permite relacionar os grupos dispostos na sua forma de apresentação, por exemplo: recursos próprios/ aumentos de ativo, ou seja, se desejarmos saber se os recursos da empresa foram ou não suficientes para financiar os investimentos realizados. Do exemplo prático, observa-se que, para cada R\$ 1,00 a empresa precisou de 1,29. Conclui-se que os recursos próprios foram insuficientes para que a empresa pudesse realizar os seus investimentos no período em apreciação. Nota-se, portanto que para cada R\$ 1,00 de redução do passivo, houve R\$ 3,00 de aporte de recursos de terceiros.

Acresce-se, ainda, que é possível realizar a análise vertical e análise horizontal por grupo de itens. Assim, as aplicações por aumentos de ativo representaram 90,0% do total aplicado no período; as reduções no passivo absorveram 10,0%. Quanto à geração dos recursos próprios e de terceiros foram de 69,8% e 30,2% respectivamente.

Nesses termos, pode-se também analisar o comportamento entre o grupo de aplicações e origens da empresa, no período. Ao ser calculada a relação entre aumentos do ativo/ redução do passivo, tem-se $8,93 : 1,00$, ou seja, para cada R\$ 1,00 utilizado para solver os compromissos com terceiros, R\$ 8,93 foram aplicados na empresa, em seu capital de giro e ativo permanente. Calculando-se a relação entre recursos próprios e recursos de terceiros, obtêm-se $2,31 : 1,00$, isto é, para cada R\$ 1,00 oriundo de terceiros, R\$ 2,31 foram gerados pela própria empresa no período considerado.

Outras subdivisões de grupos e relações podem ser estabelecidas na forma específica, o que depende da profundidade da análise e interpretação que se pretenda realizar na empresa. Como, por exemplo, aumentos de ativo circulante, realizável a longo prazo e permanente e/ ou recursos próprios, por ativo circulante, realizável a longo prazo, permanente e patrimônio líquido.

3.3.4.3 - DOAR periódica

Observa-se que esta forma periódica de apresentação d Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos é distinta das anteriores. A DOAR periódica considera as aplicações e as origens, em função do tempo em que os bens, os direitos e as obrigações da empresa irão se realizar a curto e longo prazos.

Quadro 13 – DOAR Periódica

APLICAÇÕES	VALOR	%	ORIGENS	VALOR	%
Valores Correntes			Valores Correntes		
Duplicatas a receber	30.000	43,2	Caixa	1.000	1,4
Desp. pagas antecip.	1.000	1,4	Bancos	3.000	4,3
Salários a pagar	7.000	10,0	Aplicações financ.	8.000	11,5
SUB-TOTAL	38.000	54,6	Duplicatas desc.	5.000	7,2
Valores não correntes			Provisão p/ dev.duv.	500	0,7
Imobilizado	30.000	43,2	Estoques	10.000	14,4
Depreciação acumul.	1.500	2,2	Provisão p / IR	2.000	2,9
SUB-TOTAL	31.500	45,4	Fornecedores	5.000	7,2
			Empréstimos	16.000	23,0
			SUB-TOTAL	50.500	72,6
			Valores não correntes		
			Capital	10.000	14,4
			Lucros acumulados	9.000	13,0
			SUB-TOTAL	19.000	27,4
TOTAL	69.500	100,0	TOTAL	69.500	100,0

Em termos de análise e interpretação nesta forma da DOAR, ressalta-se que as informações extraídas são distintas das relacionadas pelo administrador financeiro nas outras formas apresentadas.

Assim, as aplicações de curto prazo foram no valor de R\$ 38.000, enquanto as origens foram no montante de R\$ 50.500. Ao estabelecer-se uma relação entre elas, tem-se 0,75 : 1,00, ou seja para cada R\$ 1,00 captado no curto prazo, a empresa aplicou R\$ 0,75.

Por outro lado, as aplicações de longo prazo atingiram a cifra de R\$ 31.500, enquanto as fontes de longo prazo ascenderam a R\$ 19.000. A relação é 1,00 : 0,60, isto é, para cada R\$ 1 aplicado a longo prazo, houve uma contrapartida de R\$ 0,60 de origem de longo prazo.

Entretanto, ao analisarem-se as aplicações da empresa de curto e longo prazo, em termos relativos, foram de 54,6% e 45,4%, respectivamente. Constata-se que para cada R\$ 1,00 aplicado no longo prazo, R\$ 1,21 foram destinados a curto prazo. Também, idêntica análise pode-se fazer, em relação às fontes. A composição das origens de curto e longo prazos, nesta ordem, foi de 72,6% e de 27,4%. Depreende-se que, para cada R\$ 1,00 captado no longo prazo, a empresa obteve R\$ 2,66 no curto prazo.

Outras análises poderão ser realizadas, como, por exemplo, entre as aplicações de curto prazo que a empresa realizou, observa-se as participações de Duplicatas a Receber e Salários a Pagar, que no conjunto absorveram 53,2% dos investimentos a valores correntes.

Quanto às origens de curto prazo, destacam-se participações das contas de aplicações financeiras, duplicatas descontadas, estoques, fornecedores e

empréstimos que, no período considerado, geraram 63,3% das fontes a valores correntes.

3.3.4.4 - Variação do capital de giro através da DOAR

Como já foi citado anteriormente, ocorre variação no capital de giro da empresa, quando, no mínimo, uma conta de longo prazo do ativo, passivo ou patrimônio líquido altera seu saldo de um período para outro. Assim, para o cálculo da variação do capital de giro através da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, processa-se apenas com as contas de longo prazo.

Nota-se nesse caso específico que houve uma variação do capital de giro na empresa no biênio considerado de (R\$ 12.500). Se isso ocorrer, ou seja, quando as origens de longo prazo, a valor contábil, forem superiores às aplicações de longo prazo, a variação do capital de giro será de capital próprio. E, no período, a variação do capital de giro próprio foi de (65,8%) em termos relativos.

Quadro 14 – Variação do capital de giro através do DOAR

APLICAÇÕES	VALOR	%	ORIGENS	VALOR	%
Imobilizado	30.000	157,9	Capital	10.000	52,6
Depreciação Acumulada	1.500	7,9	Lucros Acumulados	9.000	47,4
SUB-TOTAL	31.500	165,8	SUB-TOTAL	19.000	100,0
Variação Capital Giro	(12.500)	(65,8)			
TOTAL	19.000	100,0	TOTAL	19.000	100,00

Para provar se a variação do capital de giro é próprio ou de terceiros, utiliza-se o conceito contábil de capital de giro.

Capital de giro, pelo conceito contábil, consiste na diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. Resultando um valor positivo, pode-se afirmar que o capital de giro da empresa é próprio, caso contrário, se a diferença for negativa, o capital de giro será de terceiros.

Nesses termos, a expressão do capital de giro pode ser escrita da seguinte forma:

$$CG = AC - PC$$

Onde:

CG = Capital de Giro

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Utilizando esta fórmula para o exemplo prático, temos:

Quadro 15 – Variação do capital de giro

	31.12.X0	31.12.X1	VARIAÇÃO
AC	92.000	95.000	3.500
PC	(75.000)	(91.000)	(16.000)
CG	17.000	4.500	(12.500)

Assim:

$$\delta CG = CG_{x1} - CG_{x0}$$

onde:

$$\delta CG = \text{Variação de Capital de Giro}$$

CGx1 = Capital de Giro do exercício social de 19X1;

CGxo = Capital de Giro do exercício social de 19X0

$$\delta\text{CGP} = (17.000) - (4.500) = (12.500)$$

Conclui-se, conforme foi calculado através do DOAR, que a variação do capital de giro da empresa, no período em análise, é de capital próprio.

Outra forma de tirar a prova é através das diferenças entre os ativos e passivos circulantes de cada exercício social. Por tal forma obtém-se os seguintes valores: R\$ 3.500 e (R\$ 16.000), e a variação de capital de giro próprio será de (R\$ 12.500).

Ainda existe mais uma maneira de comprovar a variação de capital de giro da empresa. É através da forma periódica da Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos. Nesses termos, ao calcular-se a diferença entre as aplicações e as origens dos valores correntes, obtém-se a variação do capital de giro próprio de (R\$ 12.500), pois, se as aplicações de curto prazo somaram R\$ 38.000 e as fontes de curto prazo totalizaram R\$ 50.500, a diferença é exatamente (R\$ 12.500).

CAPÍTULO 4

4 - ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

4.1 – Considerações gerais

O principal objetivo de uma empresa é o de maximizar o lucro e minimizar os custos, tendo em vista os recursos aplicados na sua atividade operacional. O planejamento dos lucros precisa ser feito de acordo não só com o contexto da análise crítica dos pontos fortes e fracos da empresa, dos riscos e das possibilidades existentes no mercado em que tal empresa atua, como também de acordo com as expectativas dos proprietários ou acionistas, dos fornecedores, dos empregados, etc.

Uma análise de indicadores econômico-financeiros,, projetada para diversos anos, mostra, invariavelmente, quais medidas devem ser tomadas para a obtenção de melhorias imediatas. E isso conduz ao desenvolvimento de planos estratégicos de longo prazo referentes, por exemplo, a mercados futuros, retorno estimado de investimentos aplicados, eliminação de atividades pouco rentáveis, lançamento de novos produtos e diversificação da empresa.

Segundo Assaf (2000:166) “ *há inúmeros índices que podem ser utilizados para aferir o desempenho do ativo circulante e do capital de giro líquido e para medir a liquidez da empresa. Devem ser manejados para que se extraiam as melhores conclusões, de maneira comparativa, seja relacionando-os com os apurados em períodos passados (evolução*

temporal) ou com valores apresentados por outras empresas do mesmo setor de atividade”.

A análise de indicadores econômico-financeiros através do fluxo de caixa visa estabelecer relações entre os dados econômico-financeiros da empresa, para verificar pontos críticos que possam causar desequilíbrios a curto e longo prazos. Para isso utiliza-se de dados internos e externos à empresa.

No âmbito interno, todos os dados provêm de demonstrativo de resultado do exercício e do balanço patrimonial. Já no externo, as informações são obtidas de empresas do mesmo ramo de atividade, das empresas concorrentes e das entidades de classes. Com os dados internos e externos são estabelecidos padrões ou metas que são comparados com os resultados obtidos, pelos quais se poderá visualizar o progresso ou retrocesso ocorrido.

Portanto a análise de indicadores econômico-financeiros propõe-se a:

- estabelecer relações entre os dados econômico-financeiros da empresa;
- determinar os fatores críticos para o sucesso da empresa;
- utilizar os dados internos e externos à empresa;
- comparar os dados obtidos com padrões pré-fixados pela empresa;
- constatar o progresso ou retrocesso da empresa.

4.2– Análise de indicadores

A análise de indicadores econômico-financeiros pode ser realizada de várias maneiras. As mais utilizadas são:

- por índices;
- por tendências;

- por ponto de equilíbrio.

Serão objeto de estudo os indicadores econômico-financeiros por Índices, porque são úteis na projeção do fluxo de caixa. Os demais prendem-se ao estudo da administração financeira, em termos gerais.

4.3- TIPOS DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Os índices econômico-financeiros podem ser subdivididos em indicadores não-operacionais, operacionais e globais.

Os índices não-operacionais refletem a posição da empresa, em determinado momento. São constituídos a partir dos dados do balanço patrimonial e guardam íntima relação com o fluxo de caixa da empresa.

A análise de indicadores do balanço patrimonial é a decomposição deste nas partes que o compõem, a fim de melhorar a interpretação dos seus componentes, visando ao planejamento e ao controle financeiros do fluxo de caixa.

Os índices financeiros operacionais são os que refletem o dinamismo da empresa, em decorrência de suas atividades econômicas, durante determinado período. A demonstração de resultado do exercício é a fonte essencial de dados para o cálculo dos principais indicadores econômicos.

Quanto aos índices financeiros globais, também denominados de atividades, são construídos a partir dos dados do demonstrativo de resultado do exercício, dos inventários e do balanço patrimonial. São úteis porque permitem ao administrador financeiro realizar com segurança a avaliação dos

investimentos aplicados, principalmente de curto prazo, que irão refletir no fluxo de caixa da empresa.

A análise dos indicadores econômico-financeiros pode ser feita sob vários aspectos, porém sob o ângulo da Administração Financeira, a análise é realizada, principalmente, por dois aspectos distintos, a saber:

- análise dos indicadores pelo aspecto financeiro;
- análise dos indicadores pelo aspecto econômico.

Assim, a análise de indicadores financeiros focaliza a liquidez, ao passo que a análise sob o aspecto econômico é feita em relação à aplicação e ao rendimento do capital investidos na empresa.

A análise de liquidez tem como objetivo a mensuração da capacidade da empresa em pagar os seus compromissos na data do vencimento. Esta medida é dada através de índices ou indicadores de liquidez. Os índices são fornecidos pelas relações que se podem estabelecer entre certas contas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido da empresa.

4.4– Análise de indicadores financeiros

Os indicadores utilizados para realizar a análise de liquidez da empresa são os seguintes:

- liquidez imediata;
- liquidez seca;
- liquidez corrente;
- liquidez geral;
- solvência geral;
- endividamento;
- garantia de capital de terceiros;
- imobilização de capitais próprios;
- capital circulante.

4.4.1 - Índice de liquidez imediata

O índice de liquidez imediata é conhecido pela seguinte relação:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

Disponível = caixa, bancos e aplicações financeiras

Passivo Circulante = todas as obrigações vencíveis até um exercício social
como: fornecedores, impostos, taxas, empréstimos, etc.

O índice de liquidez imediata informa o quanto de dívidas a curto prazo da empresa pode ser saldada de imediato, ou seja, utilizando-se somente das disponibilidades existentes no momento.

Conforme já exposto, não há um índice de liquidez imediata que seja considerado ideal, pois varia de empresa para empresa, dependendo, principalmente, do seu tipo de atividade. O gestor financeiro deve estabelecer o índice satisfatório e revisar periodicamente, esse padrão, levando-se em conta o ambiente interno e externo à empresa.

4.4.2 - Índice de liquidez seca

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Este indicador informa o quanto de dívidas a curto prazo da empresa pode ser saldada mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresas, mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber.

É importante destacar que no cálculo desse índice de liquidez seca deverão ser feitas as seguintes correções sobre os valores a receber pela empresa:

- deduzir da conta de clientes os títulos negociados ou descontados pela empresa;
- deduzir a provisão para créditos de liquidação duvidosa;

- deduzir os devedores duvidosos e incobráveis.

4.4.3 - Índice de liquidez corrente

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

A liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo.

Se:	Denota:
Liquidez Corrente > 1,0	Capital Circulante Líquido Positivo
Liquidez Corrente = 0	Capital Circulante Líquido Nulo
Liquidez Corrente < 1,0	Capital Circulante Líquido Negativo

Quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade de a empresa financiar suas necessidades de capital de giro.

4.4.4 - Índice de liquidez geral

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Este indicador demonstra a situação financeira da empresa a longo prazo, ou seja, é a relação entre a totalidade dos capitais circulantes próprios da empresa e o conjunto dos capitais de terceiros.

Não havendo investimento de expansão é aceitável um índice, no mínimo, igual à unidade. Nesse caso, o ativo permanente é todo financiado por capitais próprios.

4.4.5 - Índice de solvência geral

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível}}$$

A análise da solvência geral poderá ser realizada, por meio dos valores que são obtidos pelo cálculo da relação entre o conjunto de bens e direitos da empresa e o total das obrigações com terceiros.

Assim, se o grau de solvência geral for inferior à unidade, a empresa está operando com passivo a descoberto, pois seu ativo, a valor contábil, não é suficiente para saldar os compromissos assumidos perante terceiros.

Quando a solvência geral for igual à unidade, a valor contábil, expressa um ativo totalmente comprometido com os recursos derivados de terceiros. Neste caso, o capital dos proprietários da empresa será nulo. Em termos práticos, quando a empresa apresentar a solvência geral igual a um, estará em estado de pré-insolvência.

Quando a solvência geral se mostrar superior à unidade, significará que a empresa possui bens e direitos, a valor contábil, suficientes para dar cobertura a todas as exigibilidades a curto e longo prazos.

4.4.6 - Endividamento

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Ativo Total}}$$

Observa-se que o grau de endividamento de uma empresa é uma relação inversa do grau de solvência geral. Assim quanto maior o grau de endividamento, tanto menor será a sua capacidade financeira a longo prazo.

Conclui-se que, para a empresa operar com quase completa autonomia financeira, o seu grau de endividamento deverá estar próximo de zero. Dessa forma, para que a empresa opere com boa estabilidade financeira, seu grau de endividamento deverá estar próximo a zero, ao invés de um. No entanto dependendo do tipo de atividade da empresa, um grau 0,5 pode ser considerado satisfatório em termos de distribuição de recursos próprios e de terceiros aplicados no ativo.

Para o gestor financeiro é relevante a análise comparativa do grau de endividamento de uma série de três, quatro ou mais exercícios sociais para avaliação de sua tendência histórica. Nesse caso, cabe destacar que, também, será significativo o confronto do grau de endividamento da empresa analisada com a média do setor a que pertence.

4.4.7 - Garantia de Capital de Terceiros

$$\text{Garantia de Capital de Terceiros} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Exigível}}$$

Se o grau de garantia de capital de terceiros for inferior à unidade significará que a empresa não oferece cobertura dos capitais de terceiros nela alocados.

Caso o grau de garantia de capital de terceiros for igual à unidade, demonstrará que o ativo da empresa foi financiado em igual proporção por capitais próprios e de terceiros.

Quando o grau de garantia de capital de terceiros for superior à unidade, indicará que a empresa está financiando o seu ativo em maior proporção com capitais próprios em relação aos derivados de terceiros.

Portanto, quanto mais alto for o grau de garantia de capital de terceiros, maior segurança haverá para os credores que emprestarem recursos à empresa.

4.4.8 - Imobilização do capital próprio

$$\text{Imobilização do Capital Próprio} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Permanente}}$$

Como princípio de boa política financeira, os bens e direitos do ativo permanente devem ser financiados, com prioridade, pelos recursos próprios, e, quando insuficientes, complementados por recursos de terceiros, porém com amortizações a longo prazo.

Quando o grau de imobilização do capital próprio for superior à unidade, significará que o ativo permanente é todo financiado por capitais próprios e liberará parte de recursos para serem alocados em itens do ativo circulante e ativo realizável a longo prazo, ou seja, no capital de giro da empresa.

Se o grau de imobilização do capital próprio for igual à unidade, demonstrará que o montante do ativo permanente é constituído segundo aplicações exclusivas de capitais próprios, não sobrando margem alguma para financiar os itens do capital de giro da empresa.

Caso o grau de imobilização for inferior à unidade, a empresa estará operando com uma parcela maior de capitais de terceiros em relação aos capitais próprios, que serão aplicados no ativo permanente. Isso significa que a empresa não possuirá autonomia sobre o seu ativo permanente e todo o capital de giro será financiado por capitais de terceiros.

4.4.9 - Capital circulante

A análise do índice de capital circulante é também denominado de capital de giro. A sua apuração não é feita em termos de quocientes, porém por diferença absoluta entre o valor do ativo circulante e o montante do passivo circulante, a valores constantes.

Capital Circulante = Ativo Circulante – Passivo Circulante

Se o valor do ativo circulante for superior ao valor do passivo circulante, afirma-se que o capital circulante ou o capital de giro é próprio. Em caso contrário, se o valor do passivo circulante for superior ao valor do ativo circulante, a empresa apresenta um passivo circulante a descoberto. Se o ativo e passivo circulantes forem iguais, o capital de giro será nulo.

4.5 - Análise de índices financeiros através do fluxo de caixa

Vale mencionar que os elementos que entram na fórmula para apurar os indicadores econômico-financeiros com base em demonstrações contábeis podem variar conforme as necessidades dos usuários. Dessa forma, apresentamos a seguir alguns indicadores que podem ser apurados com base no demonstrativo de fluxo de caixa.

4.5.1 - Índice de cobertura dos débitos de curto prazo

Este indicador informa quanto a empresa gera de caixa operacional em relação às obrigações de curto prazo.

$$\text{Índice de Cobertura dos Débitos de Curto Prazo} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Operacional Líquido}}{\text{Passivo Circulante Médio}}$$

Quanto mais alto esse índice, menos a empresa poderá ter problemas com relação à liquidez. Um índice próximo de 1 (um) indica que o caixa gerado internamente no período pode pagar as obrigações exigíveis de curto prazo.

4.5.2 - Índice de cobertura de débitos totais

$$\text{Índice de Cobertura dos Débitos Totais} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Operacional Líquido}}{\text{Passivo Total Médio}}$$

Esse indicador informa se a empresa pode pagar seus débitos e sobreviver se as fontes externas de recursos se tornarem escassos ou muito caras.

Empresas que geram fluxos de caixa altos em relação às obrigações têm menor risco de inadimplência do que empresas geradoras de fluxos de caixa baixos.

4.5.3 - Índice de cobertura de dividendos

Este indicador informa a capacidade de pagamento dos dividendos

$$\text{Índice de Cobertura de Dividendos} = \frac{\text{Fluxos de Caixa Operacional Líquidos}}{\text{Dividendos Totais Pagos}}$$

4.5.4 - Índice de cobertura de gastos de capital

Este indicador informa a relação de caixa gerado na atividade operacional com os gastos na aquisição de bens de ativo imobilizado, itens do ativo diferido e investimentos em controladas.

$$\text{Índice de Cobertura de Gastos de Capital} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Operacional Líquidos}}{\text{Gastos de Capital}}$$

Este indicador é muito importante na avaliação da flexibilidade financeira da empresa, pois quanto maior for o fluxo de caixa operacional em relação aos gastos de capital, menor será a dependência de fontes externas para manter a capacidade produtiva, porém temos que ter o cuidado de verificar se esse índice é decorrente de baixos volumes de investimentos. Esse efeito pode ser apurado comparando-se os gastos de capital com o valor da depreciação.

Pode-se também apurar a capacidade de reinvestimento comparando o fluxo de caixa operacional com a depreciação / amortização do período. Quanto maior for a geração operacional de caixa em relação à depreciação,

menor será a dependência de fontes externas para manter o parque industrial atualizado.

4.5.5 - Fluxo de caixa livre

É o resultado apurado a partir do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais menos os gastos de capital. É o valor que a empresa, a seu critério, pode destinar à diminuição de débitos, a pagamento de dividendos, à aquisição de investimentos, à recompra de suas ações ou simplesmente aumentar sua liquidez.

Fluxo de Caixa Livre = Fluxo de Caixa Operacional Líquido – Caixa Investido na Manutenção da Capacidade Produtiva

Essa mensuração indica o nível de flexibilidade financeira da empresa e complementa o indicador de cobertura de gastos de capital.

4.5.6 - Outros indicadores

Temos diversos outros indicadores que são apurados conforme interesse e necessidade de cada empresa, tais como: fluxo de caixa sobre ativos; fluxo de caixa sobre patrimônio líquido; fluxo de caixa sobre vendas; fluxo de caixa por ação e outros.

CAPÍTULO 5

5 – PROPOSIÇÃO DE MODELO CONSUBSTANCIANDO DOAR E DFC

Como contribuição na melhoria de qualidade de informação, principalmente em relação ao capital de giro e liquidez e, mantendo-se as qualidades da DOAR e seguindo a tendência atual de utilização de DFC, estamos consubstanciando as características da DOAR no Fluxo de Caixa resultando na “Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa Analítico”.

No Quadro 16, apresenta-se a elaboração da Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa Analítico, tendo em vista a configuração prática do modelo consubstanciando DOAR e DFC, conforme a proposta do tema sobre o qual se refletiu no decorrer deste estudo.

Quadro 16 - Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa Analítico, considerando-se as mesmas demonstrações contábeis utilizadas anteriormente.

	31.12.X0	A.V.%	31.12.X1	A.V.%	Variações	A.H.%		
ORIGENS DE CAIXA								
Atividades operacionais								
<u>Classificação</u>								
Lucro líquido			12.000					
Mais: Depreciação			1.500					
Menos: Lucro na venda de imobilizado			(3.000)				10.500	O
Atividades de investimento								
Recebimento pela venda de imobilizado			15.000				15.000	O
Atividade de financiamento								
Integralização de capital			10.000				10.000	O
Capital circulante	31.12.X0	A.V.%	31.12.X1	A.V.%	Variações	A.H.%		
Ativo circulante	92.000	100,0	95.500	100,0	3.500	3,8		
Caixa	2.000	2,2	1.000	1,1	(1.000)	(50,0)		
Bancos	5.000	5,4	2.000	2,1	(3.000)	(60,0)		
Aplicações financeiras	13.000	14,1	5.000	5,2	(8.000)	(61,5)		
Saldo de caixa + equiv.Caixa	20.000	21,7	8.000	8,4	(12.000)	(60,0)		
Duplicatas a receber	40.000	43,5	70.000	73,3	30.000	75,0	(30.000)	A
Duplicatas descontadas	0		(5.000)	(5,2)	(5.000)	100,0	5.000	O
Prov.p/devedores duvidosos	(1.000)	(1,1)	(1.500)	(1,6)	(500)	50,0	500	O
Estoques	30.000	32,6	20.000	(20,9)	(10.000)	(33,3)	10.000	O
Despesas pagas antecip.	3.000	3,3	4.000	4,2	1.000	33,3	(1.000)	A
Passivo circulante	(75.000)	100,0	(91.000)	100,0	(16.000)	21,3		
Fornecedores	(30.000)	40,0	(35.000)	38,5	(5.000)	16,7	5.000	O
Prov. p/ imposto de renda	(2.000)	2,7	(4.000)	4,4	(2.000)	100,0	2.000	O
Salários a pagar	(15.000)	20,0	(8.000)	8,8	7.000	46,7	(7.000)	A
Empréstimo	(28.000)	37,3	(44.000)	48,3	(16.000)	57,1	16.000	O
Varição do capital circul.	17.000		4.500		(12.500)	(73,5)	500	O
TOTAL DAS ORIGENS							36.000	
APLICAÇÕES DE CAIXA								
Atividades de investimento								
Aquisição de imobilizado							(45.000)	A
Atividades de financiamento								
Distribuição de dividendos							(3.000)	A
TOTAL DE APLICAÇÕES							(48.000)	
Saldo de caixa + equivalente caixa							(12.000)	

O = Origem A = Aplicação

AV = Análise Vertical em percentagem

AH = Análise Horizontal em percentagem

Nota: A classificação da variação do capital circulante sem o saldo de caixa e equivalente caixa em Origens é devido ao seu sub-total resultar em Origem de R\$ 500, embora os componentes sejam compostos de Origens e Aplicações

A seguir são demonstradas as quatro formas de elaboração da Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa Analítico, através dos Quadros 17, 18 19 e 20, com as suas respectivas análises.

Quadro 17 - Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa Gerencial

ORIGENS DE CAIXA		%
Atividades operacionais	10.500	12,2
Atividades de investimento	15.000	17,5
Atividades de financiamento	10.000	11,6
Capital circulante		
Saldo de caixa e equivalente caixa	12.000	14,0
Duplicatas descontadas	5.000	5,8
Prov. p/devedores duvidosos	500	0,6
Estoques	10.000	11,6
Fornecedores	5.000	5,8
Prov. p/ Imposto de Renda	2.000	2,3
Empréstimo	16.000	18,6
TOTAL 86.000	86.000	100,0
APLICAÇÕES DE CAIXA		
Capital Circulante		
Duplicata a receber	30.000	34,9
Despesas pagas antecipadamente	1.000	1,2
Salários a pagar	7.000	8,1
Atividades de investimento	45000	52,3
Atividades de financiamento	3.000	3,5
TOTAL 86.000	86.000	100,0

As principais aplicações ocorreram nos seguintes itens:

- Duplicatas a Receber	30.000
- Imobilizados	45.000
- Salários a Pagar	<u>7.000</u>
	82.000

Estas aplicações representam 95,3% do total aplicado pela empresa no período. Considera-se que a empresa optou, talvez, por uma política mais flexível em suas vendas a prazo, procurando financiar seus clientes e aumentando o montante de duplicatas a receber de R\$ 40.000 para R\$ 70.000, ou seja, em 75%.

A empresa também optou por fazer investimento alto em imobilizado, no montante de R\$45.000, ou seja, 52,3% de aplicações de caixa.

Houve também a amortização de salários a pagar no montante de R\$ 7.000, reduzindo o seu saldo de R\$ 15.000 para R\$ 8.000, ou seja, em 46,7%.

Quanto às Origens, nota-se que as principais foram: atividades operacionais R\$10.500, atividades de investimento R\$15.000, atividades de financiamento R\$10.000, redução no saldo de caixa e equivalente caixa de R\$12.000, desconto de duplicatas R\$5.000, redução de estoque R\$10.000, aumento de fornecedores R\$ 5.000, e empréstimo R\$16.000.

Essas origens representam 97,1% do total das origens de caixa. Para suportar as aplicações realizadas, houve necessidade de aporte de capital em 11,6% , de entrada de capitais de terceiros através de empréstimos em 18,6%

e de fornecedores em 5,8%, da redução do saldo de caixa e equivalente caixa em 14,0%, da redução de estoque em 11,6%, além de recorrer a desconto de duplicatas. Houve uma redução drástica de capital de giro em 73,5% e para não comprometê-lo, a empresa deverá rever a política flexível de suas vendas a prazo.

Quadro 18 - Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa Específico

ORIGENS DE CAIXA		%
Recursos próprios		
Atividades operacionais	10.500	12,2
Atividades de investimento	15.000	17,5
Atividade de financiamento	10.000	11,6
Capital circulante		
Saldo de caixa equivalente caixa	12.000	14,0
Duplicatas descontadas	5.000	5,8
Prov. p/devedores duvidosos	500	0,6
Estoques	10.000	11,6
Prov. p/imposto de renda	2.000	2,3
SUB-TOTAL	65.000	75,6
Recursos de terceiros		
Capital circulante		
Fornecedores	5.000	5,8
Empréstimos	16.000	18,6
TOTAL	86.000	100,0
APLICAÇÕES DE CAIXA		
Aumento de ativo		
Capital circulante		
Duplicatas a receber	30.000	34,9
Despesas pagas antecipadamente	1.000	1,2
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizados	45.000	52,3
SUB-TOTAL	76.000	88,4
Reduções de passivo		
Salários a pagar	7.000	8,1
Atividades de financiamento	3.000	3,5
SUB-TOTAL	10.000	11,6
TOTAL	86.00	100,0

Se desejarmos saber se os recursos da empresa foram ou não suficientes para financiar os investimentos realizados, analisaremos a relação: recursos próprios/aumento de ativo.

No exemplo apresentado no Quadro 18, observa-se que, para cada R\$1,00, a empresa precisou de R\$ 1,17. Conclui-se que os recursos próprios foram insuficientes para que a empresa pudesse realizar os seus investimentos no período em apreciação.

Também, nota-se que para cada R\$1,00 de redução no passivo, houve R\$2,10 de aporte de recursos de terceiros, 75,6% e 24,4%, respectivamente.

Pela análise vertical e horizontal, concluímos que as aplicações por aumentos de ativo representaram 88,4% do total aplicado no período, as reduções no passivo absorveram 11,6%. Quanto à geração dos recursos próprios e de terceiros foram de 75,6% e 24,4%, respectivamente. Pode-se também analisar o comportamento entre o grupo de aplicação e origens da empresa no período. Ao calcular-se a relação entre aumentos do ativo/redução do passivo, tem-se 7,60: 1,00 ou seja, para cada R\$1,00 utilizados para solver os compromissos com terceiros, R\$7,60 foram aplicados na empresa, em seu capital de giro e ativo permanente.

Calculando-se a relação entre recursos próprios/recursos de terceiros, obtém-se 3,10: 1,00, isto é, para cada R\$1,00 oriundo de terceiros, R\$3,10 foram gerados pela própria empresa no período considerado.

Quadro 19 - Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa Periódico

ORIGENS DE CAIXA		
Valores correntes		%
Capital circulante		
Saldo de caixa e equivalente caixa	12.000	14,0
Duplicatas descontadas	5.000	5,8
Prov. Devedores duvidosos	500	0,6
Estoques	10.000	11,6
Fornecedores	5.000	5,8
Prov. p/imposto de renda	2.000	2,3
Empréstimo	16.000	18,6
SUB-TOTAL	50.000	58,7
Valores não correntes		
Atividades operacionais	10.500	12,2
Atividades de investimento	15.000	17,5
Atividades de financiamento	10.000	11,6
SUB-TOTAL	35.500	41,3
TOTAL	86.000	100,0
APLICAÇÕES DE CAIXA		
Variações correntes		
Capital circulante		
Duplicatas a receber	30.000	34,9
Despesas pagas antecipadamente	1.000	1,2
Salários a pagar	7.000	8,1
SUB-TOTAL	38.000	44,2
Variações não correntes		
Atividades de investimento	45.000	52,3
Atividades de financiamento	3.000	3,5
SUB-TOTAL	48.000	55,8
TOTAL	86.000	100,0

Nessa forma de demonstração periódica referida no quadro anterior, destacamos que as aplicações de curto prazo foram no valor de R\$38.000, enquanto as origens foram no montante de R\$50.500. Ao estabelecer-se uma relação entre elas, tem-se 0,75: 1,00, ou seja, para cada R\$ 1,00 captado no curto prazo, a empresa aplicou R\$ 0,75.

Por outro lado, as aplicações de longo prazo atingiram cifra de R\$48.000, enquanto as fontes de longo prazo ascenderam a R\$35.500. A relação é 1,00:0,74, isto é, para cada R\$1,00 aplicado a longo prazo, houve uma contrapartida de R\$0,74 de origem de longo prazo.

Ao avaliarem-se as aplicações de curto e longo prazo, em termos relativos, pode-se afirmar que foram de 44,2% e 55,8%, respectivamente. Constata-se que para cada R\$1,00 aplicado a longo prazo, R\$0,79 foram destinados a curto prazo.

Idêntica análise pode-se fazer, em relação às origens. A composição das origens de curto e longo prazo, foi de 58,7% e de 41,3%. Depreende-se que, para cada R\$1,00 captado no longo prazo, a empresa obteve R\$1,42 no curto prazo.

Outras análises poderão ser feitas, como, por exemplo: entre as aplicações de curto prazo que a empresa realizou, observam-se a participação de duplicatas a receber e salários a pagar, que, no conjunto, absorveram 43,0% dos investimentos a valores correntes.

Quanto às origens de curto prazo, destacam-se participações das contas de atividade de investimento, saldo de caixa e equivalente caixa, duplicatas descontadas, estoques, fornecedores e empréstimos que no período considerado geraram 58,7% de origem a valores correntes

Variação do Capital de Giro através de Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa

A variação do capital de giro ocorre quando no mínimo, uma conta de longo prazo do ativo, do passivo ou do patrimônio líquido altera seu saldo de um período para outro. Assim, para o cálculo de variação de capital de giro através de Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa, procede-se apenas com as contas de longo prazo.

Quando as origens de longo prazo forem superiores às aplicações de longo prazo, a variação do capital de giro será de capital próprio. E, no período, a variação de capital de giro foi de (35,25) em termos relativos

Quadro 20 – Variação do Capital de Giro através da Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa.

Origens		%
Atividades operacionais	10.500	29,5
Atividade de investimento	15.000	42,2
Atividades de financiamento	10.000	28,2
TOTAL	35.500	100,0
Aplicações		
Atividades de investimento	45.000	126,8
Atividades de financiamento	3.000	8,4
SUB-TOTAL	48.000	135,2
Variação do capital de giro	(12.500)	(35,2)
TOTAL	35.500	100,0

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a verificar se a substituição da DOAR pela DFC (que ocorreu em diversos países) trouxe melhorias nas informações para tomada de decisões em relação ao capital de giro e à liquidez no âmbito das empresas..

Para tanto, buscou-se analisar estes demonstrativos, DOAR e DFC, para verificar se as características da DOAR e de DFC não poderiam consubstanciar-se num modelo de fluxo de caixa. Todavia, o resultado específico deste estudo consistiu numa proposta de incluir os itens de capital de giro de forma analítica e com as principais características da DOAR e DFC, conforme apresentado no Quadro 16.

Na análise feita da DOAR, concluímos que esta tem por objetivo apresentar, de forma ordenada e sumariada, as informações relativas às operações de financiamento e de investimento da empresa durante o seu exercício evidenciando as alterações na posição financeira da empresa . Enquanto os financiamentos estão representados pelas origens de recursos, os investimentos, pelas aplicações de recursos. O significado de recursos aqui não é simplesmente o de dinheiro, ou de disponibilidade, pois abrange um conceito mais amplo; recursos representa capital de giro líquido, que na denominação dada pela lei é capital circulante líquido.

A DOAR não deve ser confundida com as demonstrações que visam somente ao fluxo de disponibilidades, como o fluxo de caixa. Este visa tão

somente mostrar as entradas e saídas de dinheiro, ao passo que a DOAR é mais abrangente, não só por ter as variações decorrentes do capital circulante líquido em vez de caixa, mas por representar uma demonstração das mutações na posição financeira em sua totalidade.

Como se verifica pela natureza das informações que contém, a DOAR fornece dados que não constam das demais demonstrações financeiras; está relacionada tanto com o balanço como com a demonstração de resultado do exercício, sendo complementar a ambos, fornecendo as modificações na posição financeira da empresa pelo fluxo de recursos. Portanto é muito útil no conhecimento e análise da empresa e de sua evolução no tempo.

De fato, ela auxilia em importantes aspectos, como, por exemplo, no conhecimento da política de inversões da empresa e fontes de recursos correspondentes; na constatação dos recursos gerados pelas operações próprias, ou seja, no lucro do exercício ajustado pelos itens que o integram, mas não afetam o capital circulante líquido; na verificação de como foram aplicados os recursos obtidos com os novos empréstimos de longo prazo; na verificação de se e como a empresa está mantendo, reduzindo ou aumentando seu capital circulante líquido, etc.

A DOAR é também muito utilizada no acompanhamento de desenvolvimento de novos projetos, comparando seu valores realizados com os orçados, não só para fins internos da administração e de seus acionistas, como também pelos agentes financiadores do projeto.

A DFC tem como objetivo primário prover informações relevantes sobre os pagamento e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos

durante um determinado período. As informações da DFC, quando analisadas em conjunto com as demais demonstrações financeiras, podem permitir que investidores, credores e outros usuários avaliem: a capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos; a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa; a liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa; a taxa de conversão de lucro em caixa; os efeitos sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e de financiamento, etc.

A DFC tem o requisito de evidenciar o efeito periódico das transações de caixa segregadas por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento, como também o de reconciliar o resultado líquido (lucro/ prejuízo) com o caixa líquido gerado ou consumido nas atividades operacionais.

Diferentemente da DOAR, em que os recursos são evidenciados em termos de origens e aplicações, o formato adotado pela DFC é o de classificação das movimentações de caixa por grupo de atividades.

A DOAR tem, portanto, como características demonstrar as origens de recursos e as suas aplicações, o aumento ou redução do capital circulante líquido, o saldo inicial e final do capital circulante líquido e sua variação. Já a DFC se caracteriza por classificar as movimentações de caixa por atividades. Assim as características de ambas são importantes como instrumentos para tomada de decisões sob a ótica empresarial.

Todas as operações numa empresa têm implicações econômico-financeiras, pois forçam a empresa a planejar e controlar as suas atividades. As decisões empresariais passam, então, a ser tomadas à luz das posições de

caixa atual e caixa projetada, o que é fundamental para o fator segurança da empresa. Assim, a empresa irá procurar executar operações econômicas para as quais apresenta suporte econômico-financeiro.

Destaca-se que a empresa deve apresentar a capacidade financeira para saldar os seus compromissos em dia, à medida que eles vencem através de seu caixa. Por outro lado, viu-se que cada unidade monetária investida pela empresa deve retornar ao caixa com uma margem de lucro adicional. Quanto maior for o giro e o adicional resultante, melhor será o aspecto liquidez e rentabilidade empresarial. Fica dessa forma evidente que a empresa deve administrar os seus recursos de forma eficaz, através do planejamento e do controle financeiro integrado, utilizando a DOAR e DFC.

Observa-se que todo o desenvolvimento do fluxo de caixa, por exemplo, relaciona-se com as linhas de ação da empresa, em função da movimentação da conta caixa, ou seja, gira em torno das suas disponibilidades. Como foi visto, uma alteração na política de vendas, produção e em outras áreas da empresa provocam, quase sempre, impacto sobre os ingressos e desembolsos de caixa.

Os objetivos básicos da administração do fluxo de caixa estão relacionados com a capacidade de a empresa honrar suas obrigações na data do vencimento e de gerar resultados positivos, em função dos investimentos realizados no ativo operacional.

Uma vez consideradas as vantagens da DOAR e da DFC, elaborou-se uma proposta de um novo demonstrativo (consubstanciando DOAR e DFC e incluindo itens de capital de giro de forma analítica mantendo as principais características dessas demonstrações e suas quatro formas de apresentação,

conforme apresentado no quadros 16, 17, 18, 19 e 20) fornecerá uma visão mais rica da situação econômico-financeira da empresa em dois períodos consecutivos.

Tendo em vista esta proposta, ao analisar mais detalhadamente o Quadro 16, é possível identificar melhor os movimentos de recursos ocorridos a curto prazo, informações essas não disponíveis na DOAR nem no DFC, tais como: alteração no padrão de pagamento dos clientes, seja ela definida pela mudança na política de crédito da empresa ou proveniente de maior morosidade (atraso) nos pagamentos, resultando no aumento do saldo de duplicatas a receber, que teve uma variação de 75,0%; alteração no prazo médio de estocagem em consequência da mudança no prazo médio de recebimento das vendas ou através do aumento no prazo médio de pagamento a fornecedores, ou, ainda, pela adoção da filosofia just-in-time (somente produzir aquilo que tiver demanda), resultando na redução de estoques, conforme se observa na análise horizontal que teve uma variação de 33,3%; dilatação do prazo de pagamento a fornecedores, aumentando o seu saldo, verificada na análise horizontal que teve uma variação de 16,7%; aumento no item financiamento em função das mudanças na política de vendas a prazo e de estocagem, para se obter o equilíbrio do capital de giro, como se pode verificar no item integralização de capital de R\$ 10.000.

É necessário destacar que a argumentação acima, para configurar a nova proposta tem por base as características da DOAR e da DFC mencionadas anteriormente e, neste novo modelo, incluíram-se itens de capital de giro de forma analítica, mantendo os aspectos fundamentais das demonstrações em foco.

Ressalta –se que este estudo da DOAR e DFC pressupõe, certamente, outros possíveis enfoques pela sua relação com outras disciplinas , como Finanças, Contabilidade Gerencial e outras, mas procurou-se ater à delimitação do tema proposto. Dessa forma este trabalho pretendeu ser uma contribuição para melhorar a qualidade de informação na gestão do capital de giro e da liquidez de uma empresa, embora esteja aberto a nova abordagem num outro aprofundamento em novas pesquisas.

GLOSSÁRIO

CMV	Custo da Mercadorias Vendidas
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, Eliseu: Contabilidade versus Fluxo de Caixa. Boletim IOB, Caderno Temática Contábil e Balanços nº 20/2000 p.6

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS , Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000 p. 338

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS , Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000 p. 351

ASSAF, Alexandre Neto: Estrutura e Análise de Balanços. 7ª ed. São Paulo: Atlas 2002 p. 166

BIBLIOGRAFIA

ASSAF, Alexandre Neto, TIBURCIO SILVA, César Augusto. Administração do capital de giro. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997

ASSAF, Alexandre Neto. Estrutura e análise de balanços 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2002

BRAGA. Roberto, MARQUES, Jose.a.V.C. Avaliação da liquidez das empresas através da análise da Demonstração de Fluxos de Caixa. Revista de Contabilidade & Finanças, São Paulo:FEA-USP V.14, n.25 jan/ abr 2001.

CERVO, Amado L. , BERVIAN, Pedro A. Metodologia científica 5ª ed. São: Prentice Hall, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade gerencial. 6ª ed. São Paulo :Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAHR, C. Manual de filosofia 7ª ed Porto:Apostolado da Imprensa, 1958.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade versus Fluxo de Caixa. Boletim IOB, São Paulo, Caderno Temática Contábil e Balanços, nº 20/2000.

MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NAGEL, E. Filosofia da ciência. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 1969.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo E.V. Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras. 9ª ed. São Paulo: Frase, 2000.

SANTOS, Ariovaldo, LUSTOSA, Paulo Roberto. Demonstração de Fluxos de Caixa: uma reflexão sobre a objetividade (ou falta de) do Fluxo de Caixa. Boletim IOB, São Paulo, Caderno Temática Contábil e Balanço, nº 14/1999.

STICKNEY, Clyde P., WEIL Roman L. Contabilidade financeira 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

TELES, Egberto Lucena: A Demonstração do Fluxo de Caixa como forma de enriquecimento das demonstrações contábeis exigidos pela lei. Revista Brasileira de Contabilidade, São Paulo, ano 26, nº 105, jul./1997.

RAPP, Iraci de Oliveira Motta : Análise comparativa dos modelos de Demonstração dos Fluxos de Caixa, segundo IASB, FASB E IBRACON. Tese de Mestrado Novembro/2001.

WALTER, Milton A., ROCHA, Hugo B. Demonstrações financeiras: um enfoque gerencial. São Paulo Saraiva, 1990.

ZDANOWICZ, José Eduardo. Fluxo de Caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros. 8ª ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000.

_____.Um estudo prático sobre a análise da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos. Boletim IOB, São Paulo, Caderno Temática Contábil e Balanços, no. 31/2001.

_____.Um estudo mais detalhado sobre a elaboração da DOAR. Boletim IOB, São Paulo, Caderno Temática Contábil e Balanços, no. 33/2001.

_____.Outros itens complementares a DOAR. Boletim IOB, São Paulo, Caderno Temática Contábil e Balanços, nos. 37 e 38/2001.

Apêndice A

Exemplo de Demonstração de Fluxo de Caixa de uma empresa multinacional dinamarquesa.

Statement of Cash Flows (DKK millions)	2001	2000
Operating activities		
Earnings before interest and tax	(9.624)	138
Depreciation, amortization and write-downs	9.813	943
Other adjustments	196	64
Cash flow from operating activities before Change in working capital	385	1.145
Change in inventories	(454)	(498)
Change in receivables	337	(158)
Change in trade payables and other debt	(247)	(39)
Total change in working capital	(364)	(695)
Cash flow from operations before financial items and tax	21	450
Interest and dividends, etc received	74	168
Interest paid	(117)	(174)
Tax paid, net	(43)	(403)
Cash flows from operations	(65)	41
Investing activities		
Acquisition of long-term intangible assets excluding development projects	(92)	(64)
Development projects, acquired and developed in-house	(443)	(291)
Purchase of long-term tangible assets	(404)	(353)
Purchase of long-term financial assets	(191)	(31)
Disposals of long-term intangible assets	14	26
Disposals of long-term tangible assets	51	45
Disposals of long-term financial assets	79	0
Purchase/ sale of listed securities	23	275
Acquisition of companies	(167)	(13.966)
Sale of investment property	88	49
Disposal of discontinuing activities	(23)	13.569
Cash flows from investments	(1.065)	(741)
Cash flows from operations and investments	(1.130)	(700)
Financing activities		
Increase of long-term debt	750	2.750
Increase of short-term bank debt	168	(276)
Treasure stock	39	77
Proceeds from stock issue	0	4.077
Stock options settled	(7)	(218)
Repayment and reduction of long-term debt	(142)	(5.068)
Dividends paid to shareholders	(127)	(117)
Exchange differences	(28)	(28)
Cash flows from financing activities	653	1.197
Net cash flows	(477)	497
Cash funds at January 1	1.220	723
Exchange differences, cash funds at January 1	(3)	0
Cash funds at January 1	1.217	723
Cash funds at December 31	740	

Principais destaques desse exemplo de Demonstração de Fluxo de Caixa.

Nesse exemplo de Demonstração de Fluxo de Caixa notamos que, além da classificação das movimentações de caixa por grupo de atividades em operacionais, de investimento e de financiamento:

a) Dentro da atividade operacional:

- destaque de alterações no capital de giro com os seus principais componentes;
- destaque de itens financeiros e de impostos.

b) Dentro da atividade de investimento:

- aquisições e baixas de ativos de longo prazo tangíveis, intangíveis e financeiros;
- aquisição de ativos intangíveis de longo prazo excluindo desenvolvimento de projetos;
- desenvolvimento de projetos adquiridos ou desenvolvidos internamente;
- baixa de atividades em descontinuidade.

c) Dentro da atividade de financiamento:

- ações em tesouraria;
- ganho na emissão de ações;
- liquidação de opções;
- diferenças de taxas de câmbio.